

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	7
DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
Demonstração do Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	16
DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	17
Demonstração do Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	96
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	100
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	101
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	102

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	2.190.277	2.086.725
1.01	Ativo Circulante	47.133	34.724
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15.583	17.986
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.389	2.813
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.389	2.813
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	29.161	13.925
1.01.08.03	Outros	29.161	13.925
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	29.129	13.930
1.01.08.03.02	Outros Créditos	32	-5
1.02	Ativo Não Circulante	2.143.144	2.052.001
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	160.766	160.719
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	137.478	137.478
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	217	217
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	137.261	137.261
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	6.076	5.984
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	6.076	5.984
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	17.212	17.257
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	17.212	17.257
1.02.02	Investimentos	1.975.504	1.884.281
1.02.02.01	Participações Societárias	1.975.504	1.884.281
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	74.130	85.626
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.806.713	1.701.538
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	94.661	97.117
1.02.03	Imobilizado	45	46
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	45	46
1.02.04	Intangível	6.829	6.955
1.02.04.01	Intangíveis	6.829	6.955
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	6.829	6.955

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	2.190.277	2.086.725
2.01	Passivo Circulante	4.135	4.365
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	858	964
2.01.01.01	Obrigações Sociais	858	964
2.01.02	Fornecedores	1.245	1.080
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.245	1.080
2.01.03	Obrigações Fiscais	91	377
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	89	374
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	78	68
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	11	306
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2	3
2.01.05	Outras Obrigações	1.941	1.944
2.01.05.02	Outros	1.941	1.944
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.736	1.736
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	205	208
2.02	Passivo Não Circulante	8.643	6.517
2.02.04	Provisões	8.643	6.517
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.469	1.343
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.263	1.263
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	29	29
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.177	51
2.02.04.02	Outras Provisões	5.174	5.174
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	5.174	5.174
2.03	Patrimônio Líquido	2.177.499	2.075.843
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.133.602	1.133.602
2.03.04.01	Reserva Legal	144.619	144.619
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	988.983	988.983
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	103.098	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-399.517	-398.075

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	99.751	25.209
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.856	-5.341
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.619	-493
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	108.226	31.043
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	99.751	25.209
3.06	Resultado Financeiro	1.905	745
3.06.01	Receitas Financeiras	1.914	745
3.06.02	Despesas Financeiras	-9	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	101.656	25.954
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	101.656	25.954
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	101.656	25.954
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	2,48690	0,63490
3.99.01.02	PN	2,73560	0,69840
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	2,48690	0,63490
3.99.02.02	PN	2,73560	0,69840

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2017 à 31/03/2017	01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	101.656	25.954
4.03	Resultado Abrangente do Período	101.656	25.954

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.840	-4.625
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-4.042	-4.595
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e da CSLL	101.656	25.954
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	494	494
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-108.226	-31.043
6.01.01.05	Constituição de Provisões	-92	0
6.01.01.07	Contingências	2.126	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	202	-30
6.01.02.02	Outros Ativos	-37	-50
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	45	-18
6.01.02.04	Fornecedores	165	186
6.01.02.05	Salários e Encargos Sociais	-106	47
6.01.02.06	Tributos a Pagar	-286	-30
6.01.02.07	Outras Variações nos Ativos e Passivos	-3	0
6.01.02.08	Tributos a Recuperar	424	-165
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.437	431
6.02.04	Dividendos Recebidos	1.437	431
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.403	-4.194
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	17.986	25.235
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.583	21.041

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	103.098	-1.442	101.656
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	101.656	0	101.656
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	1.442	-1.442	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	1.442	-1.442	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.133.602	103.098	-399.517	2.177.499

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.128.157	0	-243.745	2.224.728
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.128.157	0	-243.745	2.224.728
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	32.078	-6.124	25.954
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	25.954	0	25.954
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	6.124	-6.124	0
5.05.03.02	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	6.124	-6.124	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.128.157	32.078	-249.869	2.250.682

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.686	-711
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.686	-711
7.03	Valor Adicionado Bruto	-2.686	-711
7.04	Retenções	-494	-494
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-494	-494
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-3.180	-1.205
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	110.140	31.788
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	108.226	31.043
7.06.02	Receitas Financeiras	1.914	745
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	106.960	30.583
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	106.960	30.583
7.08.01	Pessoal	5.071	4.411
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.071	4.411
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	233	218
7.08.02.01	Federais	233	218
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	101.656	25.954
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	37.242
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	101.656	-11.288

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	9.147.257	8.628.715
1.01	Ativo Circulante	4.285.646	3.765.539
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.019.483	917.464
1.01.03	Contas a Receber	1.463.494	1.270.105
1.01.03.01	Clientes	1.312.559	1.128.299
1.01.03.01.01	Clientes	1.709.721	1.520.588
1.01.03.01.02	Provisão CLD	-397.162	-392.289
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	150.935	141.806
1.01.04	Estoques	8.534	10.006
1.01.06	Tributos a Recuperar	193.407	121.761
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	193.407	121.761
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.600.728	1.446.203
1.01.08.03	Outros	1.600.728	1.446.203
1.01.08.03.03	Dividendos a receber	23.158	7.959
1.01.08.03.04	Outros Créditos	187.745	180.261
1.01.08.03.06	Subsídio CDE (Decreto nº 7891/13)	1.360.844	1.229.741
1.01.08.03.07	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	28.981	28.242
1.02	Ativo Não Circulante	4.861.611	4.863.176
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.379.619	1.418.149
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	137.478	137.478
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	217	217
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	137.261	137.261
1.02.01.03	Contas a Receber	32.129	34.393
1.02.01.03.01	Clientes	29.258	31.497
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.871	2.896
1.02.01.06	Tributos Diferidos	477.340	514.870
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	477.340	514.870
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	6.564	6.472
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	6.076	5.984
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	488	488
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	726.108	724.936
1.02.01.09.03	Tributos a recuperar	21.353	17.985
1.02.01.09.04	Depositos Judiciais	147.948	124.336
1.02.01.09.05	Ativo indenizatorio-concessão	321.257	349.041
1.02.01.09.06	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	235.550	233.574
1.02.02	Investimentos	215.384	227.554
1.02.02.01	Participações Societárias	215.384	227.554
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	120.723	130.437
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	94.661	97.117
1.02.03	Imobilizado	157.529	158.495
1.02.04	Intangível	3.109.079	3.058.978
1.02.04.01	Intangíveis	3.109.079	3.058.978
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.097.722	3.046.954
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	11.357	12.024

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	9.147.257	8.628.715
2.01	Passivo Circulante	4.429.210	4.072.723
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	135.372	141.954
2.01.01.01	Obrigações Sociais	135.372	141.954
2.01.02	Fornecedores	582.317	625.100
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	582.317	625.100
2.01.03	Obrigações Fiscais	223.821	158.516
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	76.623	49.184
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	27.695	3.145
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	45.362	40.761
2.01.03.01.03	Outros	3.566	5.278
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	145.313	107.032
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.885	2.300
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	310.690	310.152
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	193.620	202.996
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	193.620	202.996
2.01.04.02	Debêntures	117.070	107.156
2.01.05	Outras Obrigações	3.013.420	2.674.689
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10.694	17.016
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	10.694	17.016
2.01.05.02	Outros	3.002.726	2.657.673
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.736	1.736
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	2.489.765	2.298.120
2.01.05.02.05	Passivo Financeiro Parcela A	454.986	308.561
2.01.05.02.20	Outros Passivos Circulantes	56.239	49.256
2.01.06	Provisões	163.590	162.312
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	163.590	162.312
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	163.590	162.312
2.02	Passivo Não Circulante	2.540.548	2.480.149
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	436.804	477.639
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	88.703	130.035
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	88.703	130.035
2.02.01.02	Debêntures	348.101	347.604
2.02.02	Outras Obrigações	416.670	316.016
2.02.02.02	Outros	416.670	316.016
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	230.108	215.482
2.02.02.02.04	Outros Passivos não Circulantes	2.476	2.475
2.02.02.02.05	Passivo Financeiro Parcela A CVA	184.086	98.059
2.02.03	Tributos Diferidos	8.704	7.859
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.704	7.859
2.02.04	Provisões	1.678.370	1.678.635
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.618.172	1.618.480
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	60.504	60.504
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	51.108	46.480
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.371.158	1.396.913
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	135.402	114.583

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.04.02	Outras Provisões	60.198	60.155
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	37.107	37.107
2.02.04.02.05	Provisões Ambientais	23.091	23.048
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.177.499	2.075.843
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.133.602	1.133.602
2.03.04.01	Reserva Legal	144.619	144.619
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	988.983	988.983
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	103.098	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-399.517	-398.075

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.539.203	1.648.478
3.01.01	Receita de Venda e Serviços	1.653.686	1.750.400
3.01.02	Receita de Construção	93.981	84.282
3.01.03	Receita Parcela A - CVA	-209.217	-191.309
3.01.04	Atualização Ativo Financeiro VNR	753	5.105
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.271.439	-1.484.483
3.02.01	Custo de Venda e Serviços	-1.177.458	-1.400.201
3.02.02	Custo de Construção	-93.981	-84.282
3.03	Resultado Bruto	267.764	163.995
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-106.802	-101.898
3.04.01	Despesas com Vendas	-44.369	-49.459
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-78.349	-73.768
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	12.854	7.689
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.062	13.640
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	160.962	62.097
3.06	Resultado Financeiro	4.617	-25.506
3.06.01	Receitas Financeiras	68.757	74.715
3.06.02	Despesas Financeiras	-64.140	-100.221
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	165.579	36.591
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-63.923	-10.637
3.08.01	Corrente	-25.548	-97.861
3.08.02	Diferido	-38.375	87.224
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	101.656	25.954
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	101.656	25.954
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	101.656	25.954
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	2,48690	0,63490
3.99.01.02	PN	2,73560	0,69840
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	2,48690	0,63490
3.99.02.02	PN	2,73560	0,69840

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2017 à 31/03/2017	01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	101.656	25.954
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	101.656	25.954
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	101.656	25.954

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2017 à 31/03/2017	Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	270.709	144.991
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	271.421	114.277
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e da CSLL	165.579	36.591
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	53.505	61.103
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-3.062	-13.640
6.01.01.05	Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	-9.953	0
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	37.362	69.199
6.01.01.08	IR e CSLL Pagos	-15.317	-36.177
6.01.01.09	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	4.873	8.252
6.01.01.10	Juros Pagos	-70.588	-28.643
6.01.01.11	Contingência	25.490	2.089
6.01.01.13	Realização de Provisões para Perdas	52	-1.887
6.01.01.14	Provisão para Passivo Atuarial	71.580	10.601
6.01.01.15	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-753	-5.105
6.01.01.16	Ganhos em Participações Societárias	0	59
6.01.01.17	Baixa Ativo Indenizatório	465	688
6.01.01.18	Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	12.188	11.147
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-712	30.714
6.01.02.02	Contas a Receber	-196.023	-84.773
6.01.02.03	Outros Ativos	23.855	-164.455
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-23.612	-2.087
6.01.02.05	Fornecedores	-42.783	-102.169
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	-6.582	-2.778
6.01.02.07	Tributos a Pagar	110.345	-23.745
6.01.02.08	Taxas Regulamentares	206.518	241.427
6.01.02.11	Estoques	1.472	1.233
6.01.02.12	Ativos Financeiros	145.254	-61.558
6.01.02.13	Tributos a Recuperar	-75.014	23.257
6.01.02.14	Outros Passivos	662	79.080
6.01.02.15	Passivo Atuarial	-108.137	-50.115
6.01.02.16	Passivos Regulatórios	94.436	177.397
6.01.02.17	Subsidio Decreto nº 7.891/2013	-131.103	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-118.336	-75.676
6.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-118.002	-76.107
6.02.02	Aumento de Capital	-1.896	0
6.02.05	Dividendos Recebidos	1.562	431
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-50.354	84.201
6.03.02	Amortização de Empréstimos	-50.354	-66.290
6.03.03	Ingresso de Empréstimos	0	3.739
6.03.06	Debêntures	0	146.752
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	102.019	153.516
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	917.464	922.047
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.019.483	1.075.563

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843	0	2.075.843
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843	0	2.075.843
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	103.098	-1.442	101.656	0	101.656
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	101.656	0	101.656	0	101.656
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	1.442	-1.442	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	1.442	-1.442	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.133.602	103.098	-399.517	2.177.499	0	2.177.499

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.128.157	0	-243.745	2.224.728	0	2.224.728
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.128.157	0	-243.745	2.224.728	0	2.224.728
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	32.078	-6.124	25.954	0	25.954
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	25.954	0	25.954	0	25.954
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	6.124	-6.124	0	0	0
5.05.03.02	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	6.124	-6.124	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.128.157	32.078	-249.869	2.250.682	0	2.250.682

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	2.649.448	2.984.303
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.532.053	2.890.292
7.01.02	Outras Receitas	28.287	17.980
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	93.981	84.282
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-4.873	-8.251
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.185.417	-1.390.192
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.042.777	-1.264.075
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-48.659	-43.722
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	1.887
7.02.04	Outros	-93.981	-84.282
7.02.04.01	Custos refs à Construção de Ativos Próprios	-93.981	-84.282
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.464.031	1.594.111
7.04	Retenções	-53.505	-61.103
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-53.505	-61.103
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.410.526	1.533.008
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	71.819	88.355
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.062	13.640
7.06.02	Receitas Financeiras	68.757	74.715
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.482.345	1.621.363
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.482.345	1.621.363
7.08.01	Pessoal	158.618	147.054
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.153.393	1.344.307
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	68.678	104.048
7.08.03.01	Juros	64.140	100.221
7.08.03.02	Aluguéis	4.538	3.827
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	101.656	25.954
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	101.656	25.954



1. Investimentos

Os investimentos realizados em imobilizado, intangível e participações em PCHs pela Companhia no primeiro trimestre de 2017 chegaram a R\$104,3 milhões ante R\$94,9 milhões em 2016, sendo 9,91% superior ao mesmo período do ano anterior, conforme evidenciado no quadro a seguir:

Do total investido o maior volume R\$100,1 milhões foi destinado à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão Celesc D.

Dos investimentos realizados no parque gerador próprio, R\$1,5 milhão se refere à automação da Usina Bracinho e R\$0,6 milhão à troca do conduto forçado da Usina Pery. Em relação aos investimentos em SPEs, foi investido R\$1,9 milhão na construção da usina Garça Branca, vide quadro abaixo:

Investimento	31 de março 2017		31 de março 2016		Análise Horizontal
	R\$	%	R\$	%	
Distribuição de Energia Elétrica	100.106	95,97%	94.451	99,52%	5,99%
Geração de Energia Elétrica	4.199	4,03%	451	0,48%	831,04%
Total	104.305	100,00%	94.902	100,00%	9,91%

2. Mercado Acionário

O Índice BOVESPA fechou o 1º trimestre de 2017 com valorização de 7,90%. O Índice do Setor de Energia Elétrica – IEE apresentou valorização de 10,70% no mesmo período. As Ações Preferenciais – PN da Companhia acompanharam o desempenho positivo do Setor Elétrico, ou seja, também apresentaram valorização de 15,10% no primeiro trimestre de 2017.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais em 31 de março de 2017 e respectivas variações percentuais das ações da Companhia e dos principais indicadores de mercado:

	Fechamento 31 de março 2017	1º TRI 2017	Desempenho *
			Variação % Em 12 meses
Celesc PN	R\$ 18,29	15,10%	54,87%
Celesc ON	R\$ 23,00	6,97%	-14,81%
IBOVESPA	64.984	7,90%	29,82%
IEE	39.971	10,70%	43,47%

Fonte: DEF/DPRI

*Variações percentuais com ajuste a proventos

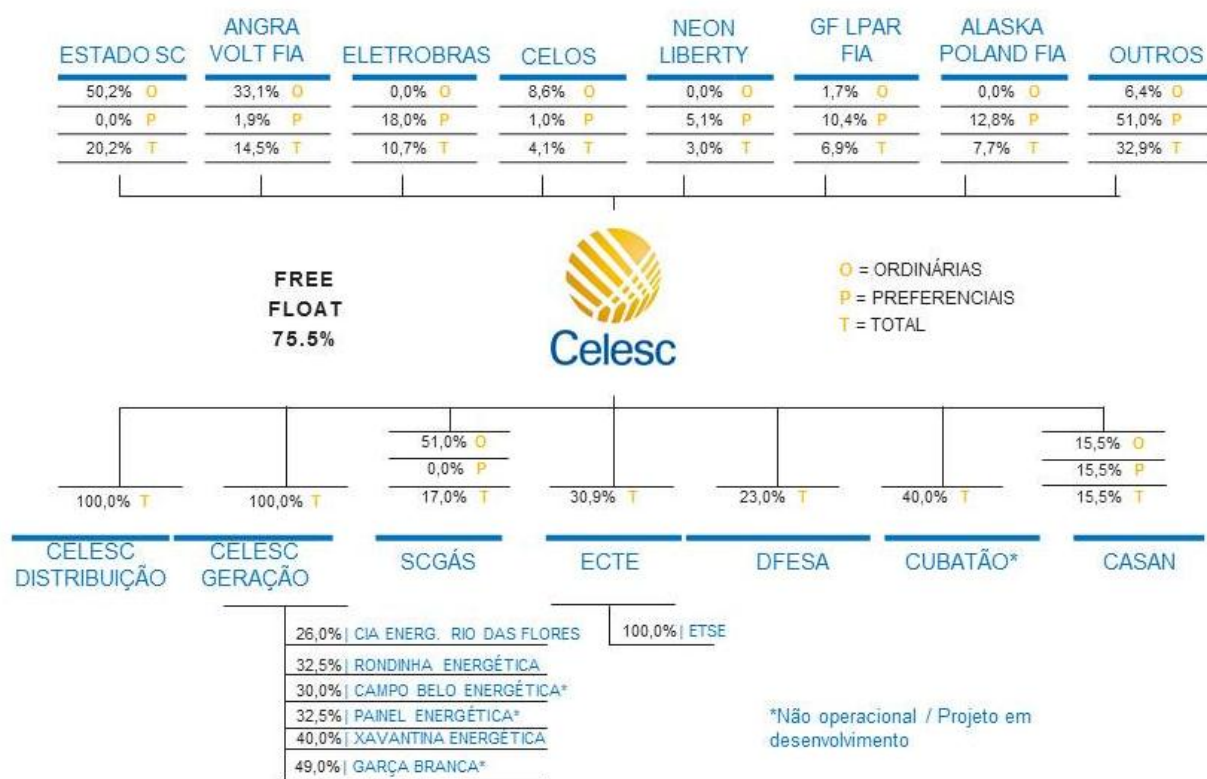
Comentário do Desempenho



3. Valor de Mercado da Ação

O valor de mercado das ações da Companhia, em 31 de março de 2017, conforme demonstrado no quadro anterior, são: R\$18,29 (dezoito reais e vinte e nove centavos) para cada Ação Preferencial – PN (CLSC4) e R\$23,00 (vinte e três reais) para cada Ação Ordinária – ON (CLSC3).

Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das Ações Ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do Capital Total. A estrutura acionária e societária, em 31 de março de 2017 está apresentada no gráfico a seguir:



Fonte: DEF/DPRI

4. Recursos Humanos

O grupo Celesc encerrou o primeiro trimestre de 2017, com um quadro funcional de 3.197 empregados. O total de empregados representa um decréscimo de 3,12% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.300 empregados).

Comentário do Desempenho



5. Desempenho Econômico Financeiro

O Lucro Líquido acumulado no trimestre findo em 31 de março de 2017 apresentado pela Companhia foi de R\$101,6 milhões, que representa um aumento de 291,66%, se comparado ao mesmo período de 2016 (Lucro Líquido de R\$25,9 milhões).

Por meio dos indicadores econômicos, as informações consolidadas do desempenho da Companhia em 31 de março de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior, são as seguintes:

Dados Econômico-Financeiros	31 de março 2017	31 de março 2016 (Reapresentado)	AH
Receita Operacional Bruta – ROB	2.626.787	2.979.679	-11,84%
Receita Operacional Líquida – ROL	1.539.203	1.648.478	-6,63%
Resultado das Atividades	160.962	62.097	159,21%
EBITDA Ajustado	214.467	121.313	76,79%
EBITDA	214.467	123.200	74,08%
Margem EBITDA Ajustado (EBITDA/ROL)	13,93%	7,36%	6,57 p.p.
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	13,93%	7,47%	6,46 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	6,60%	1,57%	5,03 p.p.
Resultado Financeiro	4.617	(25.506)	-118,10%
Ativo Total	9.147.257	8.354.861	9,48%
Imobilizado	157.529	167.376	-5,88%
Patrimônio Líquido	2.177.499	2.250.682	-3,25%
Lucro Líquido	101.656	25.954	291,66%

O Grupo encerrou 31 de março de 2017 com uma Receita Operacional Bruta – ROB acumulada de R\$2.626,7 milhões com redução de 11,84% em relação a 2016 num valor de R\$2.979,6 milhões.

A Receita Operacional Líquida – ROL reduziu 6,63%, fechando o primeiro trimestre de 2017 em R\$1.539,2 milhões em relação ao mesmo período de 2016 num valor de R\$1.684,5 milhões.

O EBITDA ajustado, do primeiro trimestre de 2017, atingiu o valor de R\$214,5 milhões, ficando 76,79% maior em relação a 2016 (R\$121,3 milhões) e a Margem do EBITDA Ajustado passou de 7,36% no primeiro trimestre de 2016 para 13,93% em 2017.

A movimentação do Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Comentário do Desempenho



Conciliação do EBITDA - R\$ MIL	31 de Março 2017	31 de Março 2016 (Reapresentado)
Lucro/Prejuízo Líquido	101.656	25.954
IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	63.923	10.637
Resultado Financeiro	(4.617)	25.506
Depreciação e Amortização	53.505	61.103
EBITDA	214.467	123.200
(-) Efeitos Não-Recorrentes		
Reversão da Provisão para Perdas do Imobilizado	-	(1.887)
(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes	214.467	121.313

6. Composição Acionária

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,01	7.791.201	20,20
Angra Partners Volt Fundo de Inv em Ações	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	257.600	1,66	2.400.000	10,41	2.657.600	6,89
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras*	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Alaska Poland FIA	-	-	2.951.900	12,81	2.951.900	7,65
Neon Liberty Capital Management LLC	-	-	1.173.300	5,09	1.173.300	3,04
Outros	992.952	6,39	11.707.682	50,80	12.700.634	32,94
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100,00

Capital Social: R\$1.340.000.000,00 e Capital Autorizado: R\$1.340.000.000,00

* Companhia de Capital Aberto

Fonte: DEF/DPRI

7. Participação Estrangeira no Capital

Os investidores estrangeiros encerraram o primeiro trimestre de 2017 representando 14,47% do Capital Social total da Celesc, detendo um volume de 5.579.808 ações, na grande maioria ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	5.579.808	14,47%
Investidores Nacionais	32.991.783	85,53%
Total		100,00%

Fonte: DEF/DPRI

8. Ações do Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Comentário do Desempenho



Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	9.229.660	59,44%	234.305	1,02%	9.463.965	24,54%
Conselho de Administração	-	-	2	0,00%	2	0,00%
Outros Acionistas	6.297.477	40,56%	22.810.147	98,98%	29.107.624	75,46%
Total	15.527.137	100,00%	23.044.454	100,00%	38.571.591	100,00%

Fonte: DEF/DPRI

9. Ações em Circulação

Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,0	23.044.454	100,0	38.571.591	100,00
Ações em Circulação	6.297.477	40,56	22.810.147	99,98	29.107.624	75,46

Fonte: DEF/DPRI

10. Balanço Energético

O Mercado Cativo da Subsidiária Integral Celesc D apresentou retração de 2,4% no primeiro trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 4.442 GWh.

Com relação ao Mercado Total, incluindo consumidores livres, houve um aumento de consumo de energia de 7,5%, totalizando 6.491 GWh distribuídos no primeiro trimestre de 2017 em comparação a 6.039 GWh no primeiro trimestre de 2016.

O efeito da migração de consumidores para o ACL – Ambiente de Contratação Livre ao longo de 2016 foi o fator impactante na queda do Mercado Faturado Cativo.

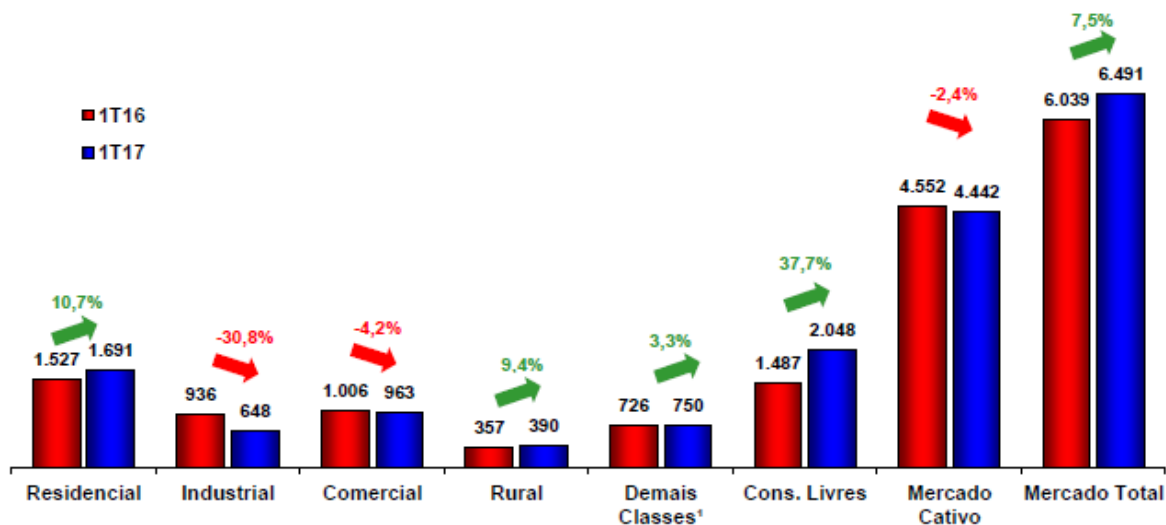
A classe residencial apresentou grande aumento no consumo de energia faturada, 10,7% em relação ao mesmo período de 2016, atingindo 1.691 GWh. O clima com temperaturas mais elevadas é tido com o principal impulsionador do incremento no consumo. Os períodos de forte calor iniciaram-se no fim de 2016 e persistiram até meados de março. Desse modo, o uso de aparelhos condicionadores de ar foi intensificado, acarretando um maior consumo de energia elétrica.

Na classe industrial, parcela cativa, houve recuo de 30,8% no consumo faturado de energia elétrica entre janeiro e março de 2017 em relação ao mesmo período do ano passado, atingindo 648 GWh.

As migrações para o Mercado Livre foram intensas ao longo de 2016. Com isso a parcela cativa da classe industrial sofreu alta redução. Entre março de 2016 e março de 2017, somaram-se à parcela livre 246 unidades consumidoras, chegando ao número de 459 indústrias adquirindo energia pelo ACL.

No gráfico a seguir podem ser observados os valores de consumo de cada classe no Mercado Cativo, como também o crescimento do Mercado Total.

Comentário do Desempenho



Fonte: DCL/DPCM/DVME

Nota: Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público + Revenda. Não considera Consumo Próprio.

Comentário do Desempenho



11. Mercado de Energia Elétrica

MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA

Descrição	2017		2016		Variação Vertical				Variação Horizontal	
					1º Trim	Acum	1º Trim	Acum	1º Trim	Acum
	1º Trim	Acumulado	1º Trim	Acumulado	2017	2017	2016	2016	17-16	17-16
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil										
Residencial	977.804	977.804	961.161	961.161	41,2%	41,2%	37,0%	37,0%	1,7%	1,7%
Industrial	427.645	427.645	606.635	606.635	18,0%	18,0%	23,3%	23,3%	-29,5%	-29,5%
Comercial	590.469	590.469	664.159	664.159	24,9%	24,9%	25,5%	25,5%	-11,1%	-11,1%
Rural	148.770	148.770	143.100	143.100	6,3%	6,3%	5,5%	5,5%	4,0%	4,0%
Poder Público	67.085	67.085	69.527	69.527	2,8%	2,8%	2,7%	2,7%	-3,5%	-3,5%
Iluminação Pública	54.781	54.781	57.709	57.709	2,3%	2,3%	2,2%	2,2%	-5,1%	-5,1%
Serviço Público	44.355	44.355	47.084	47.084	1,9%	1,9%	1,8%	1,8%	-5,8%	-5,8%
Subtotal	2.310.909	2.310.909	2.549.374	2.549.374	97,4%	97,4%	98,0%	98,0%	-9,4%	-9,4%
Suprimento	62.283	62.283	50.703	50.703	2,6%	2,6%	2,0%	2,0%	22,8%	22,8%
TOTAL	2.373.192	2.373.192	2.600.077	2.600.077	100%	100%	100%	100%	-8,7%	-8,7%
Consumo por Classe em MWh										
Residencial	1.690.875	1.690.875	1.513.333	1.513.333	38,1%	38,1%	33,6%	33,6%	11,7%	11,7%
Industrial	647.653	647.653	909.429	909.429	14,6%	14,6%	20,2%	20,2%	-28,8%	-28,8%
Comercial	963.450	963.450	1.001.616	1.001.616	21,7%	21,7%	22,2%	22,2%	-3,8%	-3,8%
Rural	390.062	390.062	353.750	353.750	8,8%	8,8%	7,9%	7,9%	10,3%	10,3%
Poder Público	117.490	117.490	109.877	109.877	2,6%	2,6%	2,4%	2,4%	6,9%	6,9%
Iluminação Pública	158.289	158.289	146.859	146.859	3,6%	3,6%	3,3%	3,3%	7,8%	7,8%
Serviço Público	91.306	91.306	87.752	87.752	2,1%	2,1%	1,9%	1,9%	4,0%	4,0%
Subtotal	4.059.125	4.059.125	4.122.616	4.122.616	91,4%	91,4%	91,5%	91,5%	-1,5%	-1,5%
Suprimento	383.118	383.118	381.181	381.181	8,6%	8,6%	8,5%	8,5%	0,5%	0,5%
TOTAL	4.442.243	4.442.243	4.503.797	4.503.797	100%	100%	100%	100%	-1,4%	-1,4%
Preço Médio Unitário do MWh em R\$										
Residencial	578,28	578,28	635,13	635,13	108,2%	108,2%	110,0%	110,0%	-9,0%	-9,0%
Industrial	660,30	660,30	667,05	667,05	123,6%	123,6%	115,5%	115,5%	-1,0%	-1,0%
Comercial	612,87	612,87	663,09	663,09	114,7%	114,7%	114,9%	114,9%	-7,6%	-7,6%
Rural	381,40	381,40	404,52	404,52	71,4%	71,4%	70,1%	70,1%	-5,7%	-5,7%
Poder Público	570,98	570,98	632,77	632,77	106,9%	106,9%	109,6%	109,6%	-9,8%	-9,8%
Iluminação Pública	346,08	346,08	392,96	392,96	64,8%	64,8%	68,1%	68,1%	-11,9%	-11,9%
Serviço Público	485,79	485,79	536,56	536,56	90,9%	90,9%	92,9%	92,9%	-9,5%	-9,5%
Subtotal	569,31	569,31	618,39	618,39	106,6%	106,6%	107,1%	107,1%	-7,9%	-7,9%
Suprimento	162,57	162,57	133,02	133,02	30,4%	30,4%	23,0%	23,0%	22,2%	22,2%
TOTAL	534,23	534,23	577,31	577,31	100%	100%	100%	100%	-7,5%	-7,5%

Fonte: DCL

Comentário do Desempenho



12. Cláusula Compromissória

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 64º “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

13. Auditores Independentes

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM /SNC/SEP nº 01, de 25 de fevereiro de 2005, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 15 de março de 2017.

A Administração



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, fundada em 9 de dezembro de 1955 por meio do Decreto Estadual nº 22, com sede na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA S.A., em São Paulo e é controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do Capital Total. O Capital Social atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340,0 milhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Companhia e suas controladas e coligadas têm como atividade preponderante a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Além disso, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

Em 31 de março de 2017, as principais controladas integrais consolidadas, investimentos de controle compartilhado e coligadas são:

Quadro 1 – Percentual de Participação em Subsidiárias Integrais

Descrição	31 de março 2017	31 de dezembro 2016
Controladas	Direta	Direta
Celesc Geração S.A. (Celesc G)	100,00	100,00
Celesc Distribuição S.A. (Celesc D)	100,00	100,00

Fonte: DEF/DPRI

Quadro 2 – Percentual de Participação em Controladas em Conjunto e Coligadas

Descrição	31 de março 2017		31 de dezembro 2016	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas em Conjunto				
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS	17,00	-	17,00	-
Coligadas				
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	30,88	-	30,88	-
Dona Francisca Energética S.A. – DFESA	23,03	-	23,03	-
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	40,00	-	40,00	-
Campo Belo Energética S.A.	-	30,00	-	30,00
Painel Energética S.A.	-	32,50	-	32,50
Rondinha Energética S.A.	-	32,50	-	32,50
Companhia Energética Rio das Flores S.A.	-	26,07	-	26,07
Xavantina Energética S.A.	-	40,00	-	40,00
Garça Branca Energética S.A.	-	49,00	-	49,00

Fonte: DEF/DPRI

1.1. Participações em Subsidiárias Integrais

1.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

Em 09 de dezembro de 2015, em processo conduzido pelo Ministério de Minas e Energia, a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99 prorrogando assim a concessão por mais 30 anos até 07 de julho de 2045.

A subsidiária integral da Celesc é responsável pelos serviços de distribuição de energia elétrica em 92% do território de Santa Catarina e no município de Rio Negro, no Paraná.

A Celesc D atua ainda no suprimento de energia elétrica para o atendimento de 5 concessionárias e 17 permissionárias, responsáveis pelo atendimento dos demais 31 municípios catarinenses.

1.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

A Celesc G é a subsidiária integral das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, que responde pela operação, manutenção, expansão e comercialização do parque gerador da Companhia, atualmente formado por 2 (duas) Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, 6 (seis) Usinas Hidrelétricas – UHEs e 4 (quatro) Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs de propriedade integral da empresa e 5 (cinco) PCHs desenvolvidas em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE.

O parque de geração própria possui 106,97MW de potência instalada, conforme quadro a seguir.

Quadro 3 – Parque Gerador Próprio – Usinas 100% Celesc G

Geradora	Localidade	Potência Instalada (MW)	Data de Vencimento da Concessão
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	24,60	07/11/2046
UHE Bracinho	Schroeder/SC	15,00	07/11/2046
UHE Garcia	Angelina/SC	8,92	05/01/2046
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,40	07/11/2046
UHE Salto	Blumenau/SC	6,28	07/11/2046
PCH Celso Ramos	Faxinal do Guedes/SC	5,62	17/03/2035
PCH Pery	Curitibanos/SC	30,00	09/07/2017
UHE Caveiras	Lages/SC	3,83	10/07/2018
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	2,60	(i)
CGH Pirai	Joinville/SC	0,78	(i)
CGH São Lourenço	Mafra/SC	0,42	(i)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	0,52	(i)
Total da Capacidade Instalada		106,97	

Fonte: DGT/DPEG

(i) As Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs, com potência inferior a 5MW, estão dispensadas do ato de concessão, não possuindo, portanto, data de vencimento. A conversão do regime de concessão de “serviço público” para “registro” junto à ANEEL já foi concluído.

Outros projetos estão em fase de revisão para ampliação e reativação de usinas de propriedade integral conforme quadro a seguir:

Quadro 4 - Projetos de Expansão da Geração – Parque Próprio Celesc G

Investimentos em Ampliação e Novas Usinas	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporcional	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Data de Vencimento da Concessão
Investimentos em Ampliação na PCH Celso Ramos	12,82	7,56	100%	12,82	7,56	17/03/2035
Investimentos na Reativação na CGH Maruim	1,40	0,78	100%	1,40	0,78	-
Investimentos em Ampliação na UHE Salto	29,28	17,5	100%	29,28	17,5	07/11/2046
Investimentos em Ampliação na UHE Cedros (1 e 2)	13,00	8,42	100%	13,00	8,42	07/11/2046
Investimentos em Ampliação na UHE Palmeiras	25,35	17,15	100%	25,35	17,15	07/11/2046
Investimentos em Ampliação na UHE Caveiras	13,83	9,74	100%	13,83	9,74	(i)
Investimentos em Ampliação na CGH Rio do Peixe	9,00	4,92	100%	9,00	4,92	(ii)
Total	104,68	66,07		104,68	66,07	

Fonte: DGT/DPNN/DPOM

(i) Dependerá da Outorga. Ao término da atual concessão a UHE Caveiras se tornará CGH.

(ii) Dependerá da Outorga.

O parque de geração em parceria com investidores privados no formato de Sociedades de Propósito Específico – SPE possui 25,28MW. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 8,05MW de potência instalada, conforme quadro adiante.

Quadro 5 – Novos empreendimento em operação – Participação minoritária

Usinas	Localização	Prazo de Concessão	Potência Instalada (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)
PCH Prata	Bandeirante/SC	13/05/2039	3,00	26,07%	0,78
PCH Belmonte	Belmonte/SC	13/05/2039	3,60	26,07%	0,94
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	13/05/2039	3,00	26,07%	0,78
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	14/10/2040	9,60	32,50%	3,12
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	08/04/2040	6,08	40,00%	2,43
Total - MW			25,28		8,05

Fonte: DGT/DPNN

A Celesc G possui participação societária em outros três empreendimentos, ainda em estágio de desenvolvimento, totalizando 25,65MW de potência instalada. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 9,16MW de potência instalada proporcional, conforme quadro a seguir:

Quadro 6 – Novos Empreendimentos em Desenvolvimento – Participação Minoritária

Investimentos em Ampliação e Novas Usinas	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporcional	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Data de Vencimento da Concessão
Sociedade de Propósito Específico - SPE						
PCH Garça Branca	6,50	3,40	49,00%	3,19	1,67	05/03/2043
PCH Campo Belo	9,95	4,13	30,00%	2,98	1,24	13/05/2044
PCH Paineira	9,20	4,80	32,50%	2,99	1,56	05/03/2043
Total	25,65	12,33		9,16	4,47	

Fonte: DGT/DPNN

1.2. Outras Participações
1.2.1. Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS

A SCGÁS é a empresa responsável pela distribuição de gás natural canalizado em Santa Catarina. Criada em 1994, atua como uma sociedade de economia mista e tem como acionistas: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc; Petrobrás Gás S.A. – Gaspetro, e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda – Mitsui Gás e Infraestrutura de Gás para a Região Sul S.A. – Infragás.

A Empresa detém contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos.

Destaque-se que, em 2013, a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina – PGE, representando o Governo do Estado de Santa Catarina e a Celesc, entrou com ação de obrigação de fazer cumulada com ressarcimento contra a SCGÁS, Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. e Infragás S.A., questionando alteração no capital social e o Acordo de Acionistas em 1994, obtendo liminar favorável em juízo de 1º grau. Entretanto, os acionistas Mitsui Gás e Gaspetro ingressaram com agravos de instrumento, suspendendo os efeitos de tal liminar em 2ª instância, apresentados os recursos judiciais cabíveis. Atualmente, os efeitos da sentença encontram-se suspensos até julgamento dos referidos recursos.

1.2.2. Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

A ECTE tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

A Empresa detém a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, para implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 525kV, com 252,5km de extensão, entre as subestação de Campos Novos e Blumenau, no estado de Santa Catarina. A Celesc é detentora de 30,88% de participação no Capital Social da ECTE.

O sistema ECTE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da ANEEL, é de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, autorizado pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

1.2.3. Dona Francisca Energética S.A. – DFESA

A DFESA é uma concessionária produtora independente de energia elétrica, com contrato de concessão de 28 de agosto de 1998 e prazo de vigência de 35 anos, com capacidade instalada de 125MW e energia assegurada de 80MW. A Celesc detém 23,03% das ações ordinárias da empresa.

1.3. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia – MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

1.3.1. Distribuição

Em 09 de dezembro de 2015, em processo conduzido pelo Ministério de Minas e Energia, a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99 prorrogando assim a concessão por mais 30 anos até 07 de julho de 2045.

A assinatura dos Termos Aditivos implicou na alteração da periodicidade das revisões tarifárias sendo que a primeira foi realizada em 16 de agosto de 2016 e as subsequentes serão realizadas a cada 5 (cinco) anos a partir desta data.

1.3.1.1. Revisão Tarifária

A revisão tarifária, definida pela ANEEL por meio de Resolução Homologatória nº 287, de 16 de agosto de 2016, apresentou o seguinte efeito médio ao consumidor para as tarifas de energia elétrica dos consumidores atendidos na área de concessão da Celesc D:

Quadro 7 – Variação Tarifária – Grupos AT e BT

Grupo de Consumo	Variação Tarifária
AT - Alta Tensão (>2,3kV)	-6,25%
BT - Baixa Tensão (<2,3kV)	-2,62%
Efeito Médio AT + BT	-4,16%

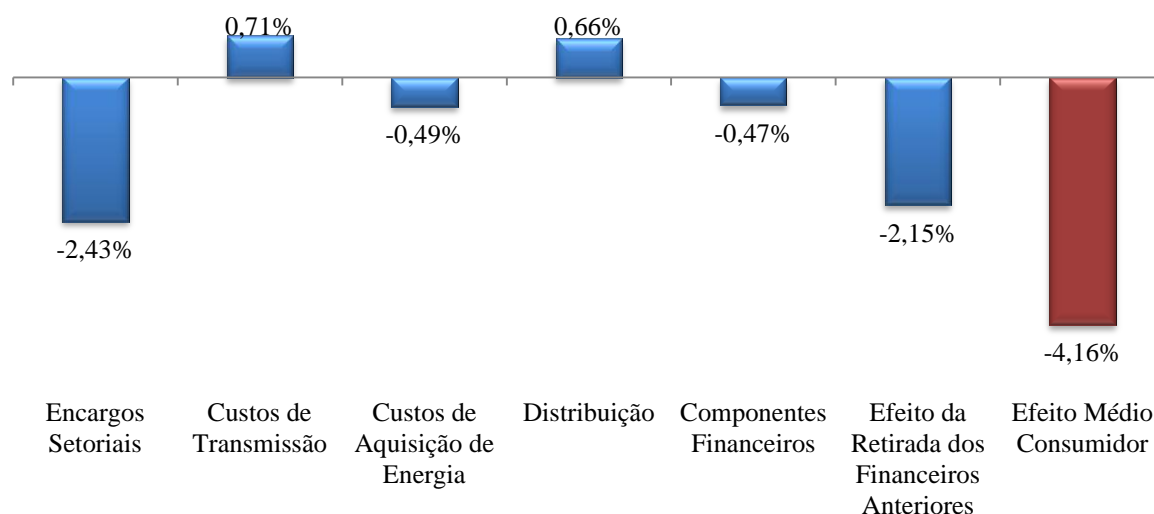
Fonte: ANEEL

O efeito médio de -4,16% representa uma variação de -6,25% para os consumidores conectados em Alta Tensão (industriais) e de -2,62% para aqueles conectados em Baixa Tensão, em especial os consumidores residenciais.

Os componentes com maior variação no cálculo do reajuste foram os encargos setoriais, com variação de -2,43% e os custos de aquisição de energia, variando em -0,49%, além dos efeitos da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no último processo tarifário.

O gráfico a seguir apresenta os principais itens que contribuíram para a formação do efeito médio ao consumidor de -4,16%.

Gráfico 1 – Participação na Formação Tarifária de 2016



Fonte: DRG/DPRE

1.3.1.2. Bandeiras Tarifárias

O Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias e estabeleceu que as bandeiras tarifárias deverão considerar as variações dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetam os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

As faixas de acionamento e os adicionais para 2017 das bandeiras tarifárias.

Os adicionais aprovados são:

- i) A bandeira amarela passou para R\$2,00 a cada 100Kwh;
- ii) A bandeira vermelha no patamar 1 se manteve em R\$3,00 a cada 100Kwh, e no patamar 2 caiu para R\$3,50 a cada 100Kwh.

Ficou estabelecido que as faixas de acionamento serão definidas anualmente com base na estimativa de custos para cada cenário. De acordo com a ANEEL, em um cenário hídrico desfavorável, o acionamento das bandeiras pode ocorrer antecipadamente, em vez de ser acionada apenas quando o Custo Variável Unitário – CVU da última térmica despachada for superior a 50% do PLD. Com esse mecanismo, mitiga-se o risco das distribuidoras de terem que arcar com os custos de geração enquanto as faixas de acionamento não forem atingidas, o que poderia agravar a situação do caixa das concessionárias. E como esse custo é repassado aos consumidores nos processos tarifários por meio da CVA, o mecanismo proposto propicia ao consumidor o conhecimento desse custo antecipadamente, e não apenas no processo tarifário.

A definição das faixas de acionamento será realizada conforme os seguintes critérios:

- i) Bandeira Tarifária Verde:** será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for inferior a R\$211,28/MWh;
- ii) Bandeira Tarifária Amarela:** será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a R\$211,28/MWh e inferior a R\$422,56/MWh; e
- iii) Bandeira Tarifária Vermelha:** será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a R\$422,56/MWh, conforme os seguintes patamares de aplicação:

Patamar 1: será acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a R\$422,56/MWh e inferior a R\$ 610/MWh; e

Patamar 2: será acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior ao limite a R\$610/MWh.

A Celesc D aplicou para seus consumidores nos meses de janeiro e fevereiro de 2017 a bandeira tarifária verde. No mês de março, a previsão das vazões nos reservatórios das hidrelétricas ficou abaixo da expectativa. Com isso, houve a indicação de maior geração termelétrica como medida para preservar os níveis de armazenamento e garantir o atendimento à carga do sistema levou o governo a adotar a bandeira tarifária amarela.

1.3.2. Geração

1.3.2.1. Leilão nº 12/2015 – Conversão p/ Regime de Exploração Híbrido (Cotas + ACL)

A Celesc G participou do Leilão nº 12/2015 de Contratação de Concessões de Usinas Hidrelétricas em Regime de Alocação de Cotas de Garantia Física e Potência, realizado pela ANEEL no dia 25 de novembro 2015, readquirindo a concessão das PCHS Garcia, Palmeiras, Bracinho, Cedros e Salto, que foram abrangidas pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, por não terem aderido aos termos de prorrogação antecipada das concessões e tiveram suas concessões licitadas.

Os Contratos de Concessão para Serviço de Geração foram assinados em 05 de janeiro de

2016 e permitem à Celesc G continuar explorando, pelos próximos trinta anos, os serviços de geração das usinas Salto Weisbach, em Blumenau; Cedros e Palmeiras, em Rio dos Cedros; Garcia, em Angelina; e Bracinho, no município de Schroeder, que totalizam 63,2MW de capacidade instalada.

A Celesc aportou R\$228,6 milhões à União a título de bônus da outorga e receberá, pelos serviços prestados, remuneração anual de R\$68,9 milhões sendo que, a partir de 2017, poderá vender 30% da garantia física de geração das usinas em ambiente de contratação livre.

1.3.2.2. Concessão PCH Celso Ramos

Em 3 de fevereiro de 2016, a Celesc G e a ANEEL assinaram o segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Uso do Bem Público nº 006/2013 com o objetivo de formalizar a ampliação e a prorrogação da PCH Celso Ramos. As obras para ampliação da PCH Celso Ramos devem ter início ainda no ano de 2017.

Tal processo teve início em 17 de março de 2015 quando, por meio da Resolução Autorizativa nº 5.078, a ANEEL autorizou a ampliação da potência instalada da PCH Celso Ramos, de 5,62MW para 12,82MW, e a prorrogação da concessão pelo prazo de 20 anos, a contar da data de publicação da Resolução, condicionada à entrada em operação comercial das unidades geradoras 3 e 4 até a data de vencimento da atual concessão, que vence em 2021.

1.3.2.3. Concessão PCH Pery

A Celesc G mantém, em âmbito judicial, a discussão sobre a concessão da Usina Pery, com a obtenção de liminar concedida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a qual suspendeu o prazo para assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão no regime de cotas, até o trânsito em julgado da ação judicial ou o término do prazo atual de concessão (julho/2017), o que ocorrer primeiro. A usina estaria entre os empreendimentos contemplados pela MP 579/12, Lei Federal nº 12.783, de 11 janeiro de 2013.

Recentemente, o Governo Federal publicou a Resolução nº 03, de 13 de setembro de 2016, prevendo em seu Artigo 1º, X, a licitação da Usina Pery no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, da Presidência da República.

Após análise dos fatores que levaram à inclusão da Usina Pery no rol dos ativos a serem licitados no PPI, constatou-se que a Procuradoria do MME, quando consultada pelo Ministério de Planejamento sobre a existência de impedimentos para a licitação da Usina Pery, não constatou que a Celesc G estava amparada por liminar judicial. A Celesc G manifestou-se junto ao MME e ANEEL acerca de tal impossibilidade e, sendo confirmado o entendimento após manifestação da Procuradoria do MME, qual seja, da impossibilidade da Usina Pery constar como ativo a serem licitados até enquanto não forem julgados os Recursos Especial e Extraordinários.

Em 07 de abril do 2017, o Ministro Benedito Gonçalves da 1ª Turma do STJ negou provimento ao Recurso Especial, utilizando como fundamento o caso da Usina Jaguará, de titularidade da CEMIG, tido como caso análogo.

Em 3 de maio do corrente ano, a Celesc Geração interpôs agravo interno perante o STF, objetivando a reforma da decisão que negou provimento ao Recurso Especial, ficando pendente ainda o julgamento do Recurso Extraordinário no STF.

1.3.2.4. Concessão PCH Caveiras

Com promulgação da Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, vencido o prazo de concessão atual, a usina Caveiras não mais se submeterá ao regime de cotas, sendo mantida sua titularidade pela Celesc G, sem prazo de concessão definido, uma vez que será exigido pelo Poder Concedente apenas o registro da usina junto à ANEEL, por ter capacidade instalada inferior a 5MW.

Em paralelo, a Celesc G vem trabalhando junto à ANEEL o encaminhamento de registro de estudos de inventário referente ao trecho do rio onde está situada a PCH Caveiras, objetivando contemplar a ampliação da capacidade de geração, atingindo o potencial ótimo de exploração, elevando a receita financeira da empresa e garantindo a titularidade sobre a usina.

1.3.2.5. Fator de Ajuste da Garantia Física – GSF

A Celesc G interpôs Ação Judicial contra a UNIÃO e ANEEL requerendo que as mesmas determinem à CCEE a revisão da forma de cálculo do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, bem como que lhe seja garantido o aporte de energia equivalente à garantia física, *Generation Scaling Factor* – GSF, postura similar àquela adotada por outros agentes de geração, objetivando mitigar os riscos advindos do regime hidrológico desfavorável e da geração de energia abaixo da Garantia Física.

Por meio da ação, a Celesc G busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do GSF, que é a divisão entre a energia gerada total e a soma das garantias físicas das usinas participantes do MRE. Esse fator é aplicado à garantia física de todas as usinas, resultando na chamada “garantia física ajustada”, uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural.

Em 05 de agosto de 2015, foi emitida a decisão judicial pela 5ª Vara Federal, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que deferiu o pedido liminar vindicado, concedendo parcialmente a tutela antecipada e determinando que a ANEEL e a CCEE abstenham-se de proceder ao ajuste do MRE, caso haja geração total do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE em montante inferior à garantia física desse mesmo conjunto, de forma a limitar a incidência do fator de ajuste GSF ao percentual máximo de 5% do total da garantia física das demandantes.

Segundo declaração do diretor-geral da ANEEL, a Agência vai continuar trabalhando para suspender todas as demais liminares que impedem ou limitam a cobrança do risco hidrológico das usinas com contratos no mercado livre. A ANEEL vai usar a decisão do STJ para pedir tratamento similar em outras instâncias judiciais onde existem sentenças provisórias favoráveis aos geradores. Neste sentido, atualmente a Celesc G está realizando análise estratégica quanto à atuação no caso, bem como avaliação das movimentações de mercado, a fim de antecipar medidas, caso sejam necessárias.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

2.1.1. Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 02 de maio de 2017.

2.2. Base de Mensuração

2.2.1. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras, Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

2.2.2. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para os próximos períodos estão contempladas a seguir.

a) Valor Justo de Outros Instrumentos Financeiros

O valor justo de outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher, dentre diversos métodos, o mais adequado, a partir do qual são definidas premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

b) Benefícios de Planos de Pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo/receita líquida para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia utiliza a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício de acordo com as condições atuais de mercado. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão.

Ao definir a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

d) Contingências

A Companhia atualmente está envolvida em diversas ações de natureza tributária, trabalhista, cível, regulatória e ambiental. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis. A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança.



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, incluindo a avaliação de advogados externos.

e) Impairment de Ativos Não Financeiros

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

f) Uso do Bem Público – UBP

São os valores contratados relativos ao direito do UBP para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

A obrigação está registrada no passivo circulante e não circulante segregada dos encargos financeiros, e, a despesa financeira e a amortização são reconhecidas no resultado.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas utilizadas nas Demonstrações Financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as Notas Explicativas nessa ITR de forma resumida nos casos em que não haja mudanças em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da Nota Explicativa completa na Demonstração Financeira Anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário.

Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas na nota resumo das principais políticas contábeis àquelas Demonstrações Financeiras.

3.1. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A Companhia revisou as suas políticas contábeis objetivando a melhor apresentação dos seus resultados operacional e financeiro. Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes referentes as Demonstração de Resultado e Demonstração do Valor Adicionado Consolidados do período findo em 31 de dezembro 2016, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a IAS 8 – *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 1 – *Presentation of Financial Statements*.



Essas reclassificações não tiveram impactos no Resultado da Companhia. Os efeitos dessas reapresentações são demonstrados a seguir:

3.1.1. Demonstrações de Resultados – Consolidado

	31 de março 2016 Original	Reclassificação	Consolidado 31 de março 2016 (Reapresentado)
Receita	1.643.373	5.105	1.648.478
Receita das Vendas e Serviços	1.750.400	-	1.750.400
Receita de Construção – CPC 17	84.282	-	84.282
Despesa Parcela A – CVA	(191.309)	-	(191.309)
Atualização do Ativo Financeiro – VNR (i)	-	5.105	5.105
Custos	(1.484.483)	-	(1.484.483)
Custo das Vendas e Serviços	(1.400.201)	-	(1.400.201)
Custo de Construção – CPC 17	(84.282)	-	(84.282)
Lucro Bruto	158.890	5.105	163.995
Despesas com Vendas	(49.459)	-	(49.459)
Despesas Gerais e Administrativas	(73.768)	-	(73.768)
Outras Receitas (Despesas), Líquidas	7.689	-	7.689
Resultado de Equivalência Patrimonial	13.640	-	13.640
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	56.992	5.105	62.097
Receitas Financeiras (i)	79.820	(5.105)	74.715
Despesas Financeiras	(100.221)	-	(100.221)
Resultado Financeiro	(20.401)	(5.105)	(25.506)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	36.591	-	36.591
Imposto de Renda e Contribuição Social	(10.637)	-	(10.637)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	25.954	-	25.954
Lucro (Prejuízo) por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Exercício (expresso em R\$ por ação)			
Lucro (Prejuízo) Básico por Ação			
Ações Ordinárias Nominativas	0,63490	-	0,63490
Ações Preferenciais Nominativas	0,69840	-	0,69840
Lucro (Prejuízo) Diluído por Ação			
Ações Ordinárias Nominativas	0,63490	-	0,63490
Ações Preferenciais Nominativas	0,69840	-	0,69840

3.1.2 Demonstração do Valor Adicionado – Consolidado

	31 de março 2016 Original	Reclassificação	Consolidado 31 de março 2016 (Reapresentado)
Receitas	2.979.198	5.105	2.984.303
Vendas Brutas de Produtos e Serviços	2.890.292	-	2.890.292
Receita com a Construção de Ativos	84.282	-	84.282
Outras Receitas (i)	12.875	5.105	17.980
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.251)	-	(8.251)
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custo das Mercadorias e Serviços Públicos Vendidos	(1.264.075)	-	(1.264.075)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros Operacionais	(43.722)	-	(43.722)
Gastos com a Construção de Ativos	(84.282)	-	(84.282)
Perdas/Recuperação de Ativos	1.887	-	1.887
Perdas com Clientes	-	-	-
Valor Adicionado Bruto	1.589.006	5.105	1.594.111
Depreciação e Amortização	(61.103)	-	(61.103)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	1.527.903	5.105	1.533.008
Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Resultado de Equivalência Patrimonial	13.640	-	13.640
Receitas Financeiras (i)	79.820	(5.105)	74.715
Valor Adicionado Total a Distribuir	1.621.363	-	1.621.363
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal	(147.054)	-	(147.054)
Impostos, Taxas e Contribuições	(1.344.307)	-	(1.344.307)
Juros e Variações Cambiais	(100.221)	-	(100.221)
Aluguéis	(3.827)	-	(3.827)
Dividendos e JCP	-	-	-
Lucro Retido do Exercício	(25.954)	-	(25.954)
Valor Adicionado Distribuído	(1.621.363)	-	(1.621.363)

(i) A receita de atualização do ativo financeiro de concessão (ativo indenizável), foi reclassificada de receita financeira para receita operacional por tratar-se de receita oriunda da atividade principal da entidade, juntamente com as receitas derivadas das tarifas calculadas sobre esse mesmo ativo financeiro.

3.2. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2017 e não tiveram impactos materiais para o Grupo.

a) CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa: estabelece que sejam divulgadas informações sobre as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

b) CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: modifica a questão do reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas. As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

Outras alterações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2017 não são relevantes para o Grupo.

3.3. Novas Normas e Interpretações

As seguintes novas normas foram emitidas pelo *IASB* mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo *IASB*, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC.

- **IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”** – Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do *IFRS 9* foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no *IAS 39*, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o *IFRS 9* traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

- **IFRS 15 – “Receita de Contratos com Clientes”** – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a *IAS 11* – “Contratos de Construção”, *IAS 18* – “Receitas” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

- **IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil”** – Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

substancialmente mantidos. O *IFRS* 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o *IAS* 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas *IFRS* ou interpretações *IFRIC* que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de Risco Financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, de taxa de juros de valor justo, de taxa de juros de fluxo de caixa e de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

4.2. Risco de Mercado

4.2.1. Risco Cambial

Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira.

A subsidiária Celesc D está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação (CVA) protege as empresas de eventuais perdas. Entretanto, esta compensação se realizará somente pelo consumo e consequente faturamento de energia ocorrido após o reajuste tarifário subsequente, no qual tenham sido contempladas tais perdas.

4.2.2. Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a este risco.

4.3. Risco de Crédito

Surge da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança.

4.4. Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada e centralizada em área operacional específica da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez, para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é aplicado em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, sendo escolhidos instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões de fluxos de caixas mencionadas.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

Consolidado						
31 de Março de 2017						
Descrição	Taxas %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um Ano	Entre um e cinco anos	Acima de 5 anos
Contas a Receber		1.385.543	51.114	26.837	25.236	4.022
Caixa e Equivalente de Caixa		1.019.483	-	-	-	-
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) ⁽ⁱⁱ⁾		-	-	1.360.844	-	-
Ativo Financeiro – CDE						
Bonificação Outorga	IPCA	2.400	4.751	22.701	114.655	238.547
Total Ativo		2.407.426	55.865	1.410.382	139.891	242.569
Empréstimo Bancário	110% a 121,5% CDI	14.818	28.354	119.563	30.672	-
Eletrobras	5% a.a.	2.220	4.330	18.301	25.514	3.524
Finame	2,5% a 9,5% a.a.	647	923	5.276	29.215	5.830
Debêntures – Celesc D	CDI + 1,3% a 2,5% a.a.	-	115.660	-	215.942	-
Debêntures – Celesc G	125% CDI	-	1.718	-	162.202	-
Fornecedores		415.351	161.612	5.354	-	-
Conta Desenvolvimento Energético – CDE ⁽ⁱⁱ⁾		-	-	1.681.698	701.976	-
Reserva Matemática a amortizar	IPCA + 6%	10.606	8.319	38.738	250.805	223.220
Passivo Financeiro – “Parcela A” CVA	14,09% a.a. ⁽ⁱ⁾	38.071	76.456	354.059	235.396	-
Total Passivo		481.713	397.372	2.222.989	1.651.722	232.573

(i) Taxa selic projetada para os próximos 12 meses.

(ii) A Celesc D buscando viabilizar e alcançar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, e o fim de uma discussão judicial, está em negociação com a Eletrobras para compensação dos créditos e débitos referentes à CDE. Ainda na negociação a distribuidora solicita o parcelamento, do saldo devedor remanescente, em 36 parcelas mensais objetivando a regularidade de suas obrigações setoriais.

4.5. Riscos Operacionais

4.5.1. Risco Quanto à Escassez de Energia Elétrica

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva durante a estação úmida reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

4.5.2. Risco quanto à Produção de Energia Elétrica

Os maiores riscos que podem impactar na produção de energia elétrica da Celesc G dependem principalmente de duas variáveis: (i) Afluência Média; (ii) Disponibilidade das Unidades Geradoras.

(i) Afluência Média

As PCHs e CGHs da Celesc G são do tipo fio d'água ou com reservatórios relativamente pequenos, dependendo diretamente do regime pluviométrico. Como forma de minimizar este risco, as Usinas da Celesc G fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. O MRE, de abrangência nacional, realoca contabilmente a energia, transferindo o excedente daqueles que geraram além de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo, compartilhando assim os riscos hidrológicos entre os agentes associados.

(ii) Disponibilidade das Unidades Geradoras

Os riscos que impactam diretamente nesse item são ligados às áreas de operação e manutenção das Usinas da Celesc G. Para mitigar este risco a Celesc G iniciou um processo de modernização do parque gerador por meio da automação de suas unidades geradoras e da implantação de um Centro de Controle da Geração – COG, na sede da administração central. Também deu início à contratação de empresa especializada em realizar os serviços de operação e manutenção, de forma a complementar os serviços realizados pela equipe própria, fortalecendo o quadro operacional e melhorando a confiabilidade operacional de suas usinas.

4.5.3. Risco de Não Renovação das Concessões

a) Distribuição de Energia

A Companhia possui concessão de distribuição de energia elétrica e em 09 de dezembro de 2015 foi assinado o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999 de distribuição de energia elétrica da Celesc D com vigência de 30 anos até 07 de julho de 2045.

Destaca-se, que nos primeiros 5 (cinco) anos haverá metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão.

Os indicadores de qualidade técnicos a serem medidos serão a Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC, mede quantas horas uma Unidade Consumidora – UC ficou sem energia durante certo período, e a Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC, mede quantas vezes, em média, uma UC ficou sem energia.

Até 2017 a redução no DEC da Celesc D tem de chegar a 9% e em 2020 – prazo limite dado pela Aneel para comprovação plena dos ajustes – o patamar passa a ser de 25% de redução. Seguindo o ritmo histórico, a redução desse indicador deverá ser de 5% ao ano.

Os indicadores financeiros que serão avaliados são:

i) Ebtida: Representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, quanto a Empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração efeitos financeiros e de impostos. Em resumo, é quanto a atividade operacional traz dinheiro para a Companhia.

ii) Ebitda QRR: Significa que a geração operacional de caixa deve ser suficiente para cobrir os gastos com Pessoal, Material, Serviços e Outros – PMSO e realizar o mínimo de investimentos necessários no sistema elétrico, de forma a garantir a qualidade do serviço.

iii) Dívida Líquida/Ebitda QRR: Mensura o risco e a capacidade financeira de pagar nossas dívidas, isto é, honrar obrigações assumidas (despesas, investimentos mínimos, dívida e demais passivos). Avalia se a geração de caixa é suficiente para cobrir os gastos com PMSO, investir no sistema de distribuição e cobrir o custo da dívida.

A manutenção da concessão está associada à sustentabilidade econômico-financeira da Celesc Distribuição. Para medir essa capacidade, a Aneel estipulou metas específicas, que serão medidas a partir de 2017.

Em 2017 o Ebitda deve ser maior ou igual a 0 (zero) e em 2018 Ebitda QRR maior ou igual a 0 (zero). Em relação a Dívida Líquida/Ebitda QRR o indicador estipulado pela ANEEL em 2019 deve ser menor ou igual a 9,71 (nove vírgula setenta e um) e em 2020 menor ou igual a 7 (sete).

b) Geração de Energia

A Companhia possui também concessão para prestação do serviço de geração, em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, tendo em 05 de janeiro de 2016, assinado o Contrato de Concessão nº 06/2016 da Usina Garcia e o Contrato de Concessão nº 07/2016 das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, de propriedade da Celesc G, que não tiveram a prorrogação antecipada de suas concessões, com vigência de 30 anos.

4.5.4. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de março de 2017:

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	(Cenário I)	(Cenário II)	Consolidado (Cenário III)
CDI¹ (%)			10,79%	13,49%	16,19%
	Aplicações Financeiras	983.299	106.098	132.622	159.147
	Empréstimos	(192.313)	(20.751)	(25.938)	(31.126)
	Debêntures	(465.171)	(50.192)	(62.740)	(75.288)
SELIC			10,33%	12,92%	15,50%
	Ativo Financeiro – Parcela A – CVA	(639.072)	(66.045)	(82.556)	(99.068)
IPCA² (%)			4,57%	5,71%	6,86%
	Ativo Indenizatório (Concessão) em Serviço (Nota 12)	149.261	6.821	8.527	10.232
	Bonificação de Outorga	264.531	12.089	15.111	18.134
	Reserva Matemática a amortizar	(489.742)	(22.381)	(27.977)	(33.572)

4.6. Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

¹ Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT N17 com vencimento em 03/07/2017 – (fechamento 10/04/2017)

² IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo



A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo) e debêntures, subtraído do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2017	31 de dezembro 2016
Total dos Empréstimos	282.323	333.031
Debêntures	465.171	454.760
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.019.483)	(917.464)
Dívida Líquida	(271.989)	(129.673)
Total do Patrimônio Líquido	2.177.499	2.075.843
Total do Capital	1.905.510	1.946.170
Índice de Alavancagem Financeira (%)	-14,27%	-6,66%

4.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).



A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de março de 2017. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição – Nível 1	Consolidado	
	31 de março 2017	31 de dezembro 2016
Empréstimos e Recebíveis		
Caixa e Equivalentes	1.019.483	917.464
Descrição – Nível 3		
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado		
Ações	137.261	137.261
Empréstimos e Recebíveis		
Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	264.531	261.816
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Ativo Indenizatório (Concessão)	321.257	349.041
Outros	217	217
Total do Ativo	723.266	748.335

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes (vide notas explicativas 8.1 e 12).

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de março de 2017.

Descrição	Nível	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Outros Passivos Financeiros	Consolidado
						Total
Ativo						
Caixa e Equivalentes	1	-	1.019.483	-	-	1.019.483
Ações	3	137.261	-	-	-	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	3	-	-	318.836	-	318.836
Contas a Receber de Clientes		-	2.026.042	-	-	2.026.042
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (NE 10)		-	1.360.844	-	-	1.360.844
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	3	-	264.531	-	-	264.531
Outros	3	-	-	217	-	217
		137.261	4.670.900	319.053	-	5.127.214
Passivo						
Fornecedores		-	-	-	582.317	582.317
Empréstimos		-	-	-	332.164	332.164
Debêntures		-	-	-	465.171	465.171
Reserva Matemática a Amortizar		-	-	-	489.742	489.742
Passivo Financeiro – Parcela “A” – CVA		-	639.072	-	-	639.072
		-	639.072	-	1.869.394	2.508.466

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2016.

Consolidado						
Descrição	Nível	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo						
Caixa e Equivalentes	1	-	917.464	-	-	917.464
Ações	3	137.261	-	-	-	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	3	-	-	346.620	-	346.620
Contas a Receber de Clientes		-	1.830.019	-	-	1.830.019
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (NE 10)		-	1.229.741	-	-	1.229.741
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	3	-	261.816	-	-	261.816
Outros	3	-	-	217	-	217
		137.261	4.239.040	346.837	-	4.723.138
Passivo						
Fornecedores		-	-	-	625.100	625.100
Empréstimos		-	-	-	333.031	333.031
Debêntures		-	-	-	454.760	454.760
Reserva Matemática a Amortizar		-	-	-	496.950	496.950
Passivo Financeiro – Parcela “A” – CVA		-	406.620	-	-	406.620
		-	406.620	-	1.909.841	2.316.461

6. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:

Descrição	31 de março 2017	Consolidado
		31 de dezembro 2016
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	1.127.357	976.266
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	261.038	225.187
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	637.647	628.566
	2.026.042	1.830.019

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas

7. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2017	31 de dezembro 2016	31 de março 2017	31 de dezembro 2016
Recursos em Banco e em Caixa	111	38	36.184	68.797
Aplicações Financeiras	15.472	17.948	983.299	848.667
	15.583	17.986	1.019.483	917.464

As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Operações Compromissadas e Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 100% da variação do CDI.

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os ativos não circulantes a valor justo por meio de resultado são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo e não são depreciados ou amortizados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2017	31 de dezembro 2016	31 de março 2017	31 de dezembro 2016
Valor Justo por Meio de Resultado				
Ações Casan ³	137.261	137.261	137.261	137.261
Disponível para Venda				
Outros Investimentos	217	217	217	217
Não Circulante	137.478	137.478	137.478	137.478

8.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária.

Tendo em vista a Casan não possuir liquidez em suas ações negociadas em bolsa de valores, a Celesc decidiu estabelecer por meio de bases consistentes e aceitas pelo mercado, um novo critério de avaliação do referido investimento, adotando o método do fluxo de caixa descontado.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo da Casan com base nas informações econômico-financeiras da Casan. O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R\$110.716.

³ Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan



Em 2014 foi apurado o valor justo de R\$137.261. Em 2016, após nova avaliação, a Companhia entende que o valor justo da Casan deverá permanecer o valor de R\$137.261, haja vista, que baseado nas premissas utilizadas para os anos subsequentes, o valor apurado para o respectivo ano está próximo do valor apurado em 2014. A taxa de desconto nominal utilizada em 31 de dezembro de 2016 foi de 8,74% em termos nominais para fins de mensuração de fluxo de caixa descontado.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado	
				31 de março 2017	31 de dezembro 2016
Consumidores					
Residencial	406.748	140.937	85.658	633.343	488.815
Industrial	197.216	38.041	379.650	614.907	645.025
Comércio, Serviços e Outros	238.487	46.542	84.966	369.995	324.819
Rural	66.144	13.986	13.519	93.649	83.203
Poder Público	68.650	2.222	12.093	82.965	72.234
Iluminação Pública	25.758	240	15.018	41.016	43.033
Serviço Público	22.321	198	1.387	23.906	23.003
	1.025.324	242.166	592.291	1.859.781	1.680.132
Suprimento a Outras Concessionárias					
Concessionárias e Permissionárias	81.219	9.827	12.734	103.780	85.804
Transações no Âmbito da CCEE	22.631	-	10.584	33.215	34.254
Outros Créditos	-	7.228	22.038	29.266	29.829
	103.850	17.055	45.356	166.261	149.887
	1.129.174	259.221	637.647	2.026.042	1.830.019
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com Clientes (b)				(533.290)	(528.417)
				1.492.752	1.301.602
Circulante				1.463.494	1.270.105
Não Circulante				29.258	31.497

Com a promulgação das Leis n^{os} 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003 e 10.865, de 30 de abril de 2004 houve alteração na sistemática de apuração dos tributos referentes ao Programa de Integração Social – PIS, Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP e a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, pois estas leis deram um novo tratamento a estes tributos, eliminando a cumulatividade em cada etapa da cadeia produtiva.

A partir desta alteração o custo efetivo do recolhimento dos tributos passa a ser variável, não havendo assim forma de antever o valor exato que será despendido pelas concessionárias para esta obrigação, pois o valor dos créditos apurados é determinante para calcular a alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, pois cada empresa possui uma estrutura de custos e despesas próprias, mesmo estando em igual setor econômico.



Os estudos dos procedimentos de apuração da alíquota efetiva indicaram que devem ser incluídas na base de cálculo da alíquota efetiva as receitas de Doações e Subvenções e Realização do Resultado Tributário – IN RFB 1.515, de 24 de novembro de 2015.

A análise elaborada destaca que a conta de receita de Subvenções e Doações agrupa as receitas derivadas de doações, contribuições e subvenções não destinadas a investimentos, que são repassadas à concessionária por meio da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, compensando assim descontos que são dados para algumas categorias de consumidores, desta forma estariam relacionadas diretamente a prestação de serviço de distribuição de energia elétrica.

A Companhia contratou em 2015 parecer técnico da Ganin Advogados Associados que ratificou os entendimentos da inclusão das Receitas de Subvenções e Doações na composição da base de cálculo da alíquota efetiva do PIS/PASEP e COFINS, bem como realizar a cobrança retroativa de todos os consumidores.

A diferença apurada pela Celesc D do PIS/PASEP e da COFINS nos anos de 2013 a 2015 foi de R\$63,8 milhões. Deste total a Celesc D faturou de seus consumidores a partir de abril de 2016 até março de 2017 o montante R\$61,9 milhões.

b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com Clientes

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	31 de março 2017	Consolidado
		31 de dezembro 2016
Consumidores		
Residencial	85.651	84.941
Industrial	182.967	177.639
Têxtil (i)	136.128	136.128
Comércio, Serviços e Outras	79.875	78.163
Rural	6.224	5.893
Poder Público	12.205	12.677
Iluminação Pública	13.802	16.600
Serviço Público	1.234	1.186
Concessionárias e Permissionárias (ii)	11.726	11.712
Outros	3.478	3.478
	533.290	528.417
Circulante	397.162	392.289
Não Circulante	136.128	136.128

(i) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil

No ano de 2009 a Celesc D efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Tecelagem Kuehnrich – TEKA e Têxtil RenauxView S.A..



Em 2011, a Buettner S.A. entrou em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231.

Ainda em 2011, a Companhia Industrial Schlösser S.A. também entrou em recuperação judicial sendo provisionado em 2012 o montante de R\$16.888.

Ainda em 2012, a TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. Tendo em vista o plano de recuperação ainda não ter sido aprovado e a probabilidade de recebimento do referido valor ser remota na avaliação da Administração, a Celesc D constituiu provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a empresa no montante de R\$55.794.

Em relação à empresa Têxtil RenauxView S.A., a administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215 em 2013.

(ii) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da Garantia Física – GSF

Os valores referentes aos ajustes das medidas liminares acerca do GSF nos relatórios dos resultados da contabilização do mercado de curto prazo emitido pela CCEE, referentes à Celesc G são no importe de R\$10.583 mil até março de 2017. A Celesc G constituiu PECLD neste valor acima citado considerando que não há certeza acerca do recebimento pela liquidação no mercado de curto prazo face a controvérsia e a incerteza do deslinde do processo judicial.

b.1) Movimentação

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2015	476.628
Provisão Constituída no Exercício	78.970
Baixas de Contas a Receber	(27.181)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	528.417
Provisão Constituída no Período	9.207
Baixas de Contas a Receber	(4.334)
Saldo em 31 de março de 2017	533.290



10. ATIVOS FINANCEIROS E OUTROS ATIVOS – CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Outros Créditos a Receber - Circulante	Consolidado	
	31 de março 2017	31 de dezembro 2016
Dividendos	23.158	7.959
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013) (i)	1.360.844	1.229.741
Pessoal a Disposição	4.781	4.280
Adiantamento Proinfra	13.484	13.484
Adiantamentos Diversos	3.072	3.087
PIS/COFINS/ICMS Substituição Tributária	57.165	51.626
Compartilhamento de Infraestrutura	3.555	11.808
Programa Baixa Renda	131	7.911
Conta Bandeiras	49.809	45.005
Ativos Financeiros – Bonificação de Outorga (Nota 11.2)	28.981	28.242
Outras Contas	55.748	43.060
Total Circulante	1.600.728	1.446.203
Outros Créditos a Receber – Não Circulante		
Ativos Financeiros – Bonificação de Outorga (Nota 11.2)	235.550	233.574
Outras contas	5.292	5.317
Total Não Circulante	240.842	238.891
Total	1.841.570	1.685.094

(i) Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13)

A ANEEL por meio da Nota Técnica nº 252, de 31 de julho de 2014, homologou o repasse pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras à Celesc D, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no valor mensal de R\$35.407, competência de agosto de 2014 a julho de 2015.

Em 27 de fevereiro de 2015, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$40.102 com vigência de março a julho de 2015.

Em 30 de setembro de 2015, por meio da Nota Técnica nº 261, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$49.857 com vigência de agosto de 2015 a julho de 2016.

Em 16 de agosto de 2016, por meio da Resolução Homologatória nº 2.120/2016, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$43.701 com vigência de agosto de 2016 a julho de 2017. (Nota 23)

11. ATIVO/PASSIVO FINANCEIRO**11.1. Parcela A – CVA**

Ativos Financeiros Setoriais	Consolidado								
	31 de dezembro 2016	Adição	Amortização	Remuneração	31 de março 2017	Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	145.599	(73.827)	(18.711)	4.282	57.343	29.521	27.822	45.751	11.592
Energia	90.135	(77.738)	(2.934)	3.530	12.993	4.629	8.364	9.508	3.485
Proinfa	22.208	-	(8.615)	-	13.593	13.593	-	13.593	-
Transporte Rede Básica	30.215	3.476	(6.490)	684	27.885	10.240	17.645	20.533	7.352
Transporte de Energia	3.041	435	(672)	68	2.872	1.059	1.813	2.117	755
Demais Ativos Financeiros Setoriais	122.319	(29.291)	(20.469)	-	72.559	32.295	40.264	55.782	16.777
Neutralidade da Parcela A	121.714	(29.291)	(20.234)	-	72.189	31.925	40.264	55.412	16.777
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	605	-	(235)	-	370	370	-	370	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	267.918	(103.118)	(39.180)	4.282	129.902	61.816	68.086	101.533	28.369

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2015	Adição	Amortização	Remuneração	Saldo em 31/12/2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	(359.006)	(114.376)	47.933	(14.020)	(439.469)	(75.627)	(363.842)	(287.868)	(151.601)
Proinfa	-	(4.820)	-	(160)	(4.980)	-	(4.980)	(2.905)	(2.075)
Encargos do Sistema de Serviço – ESS	(203.316)	(69.623)	34.066	(6.906)	(245.779)	(53.748)	(192.031)	(165.766)	(80.013)
CDE	(155.690)	(39.933)	13.867	(6.954)	(188.710)	(21.879)	(166.831)	(119.197)	(69.513)
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(315.532)	(12.288)	-	(1.685)	(329.505)	(256.601)	(72.904)	(268.651)	(60.854)
Sobrecontratação de Energia	(276.263)	-	-	(994)	(277.257)	(256.601)	(20.656)	(268.651)	(8.606)
Devoluções Tarifárias	(39.269)	(12.288)	-	(691)	(52.248)	-	(52.248)	-	(52.248)
Total Passivos Financeiros Setoriais	(674.538)	(126.664)	47.933	(15.705)	(768.974)	(332.228)	(436.746)	(556.519)	(212.455)
Total Ativos / (Passivos) Financeiros Setoriais	(406.620)	(229.782)	8.753	(11.423)	(639.072)	(270.412)	(368.660)	(454.986)	(184.086)

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2017	31 de dezembro 2016
CVA 2016 – Período de 08.08.2015 a 07.08.2016	(46.106)	(75.328)
CVA 2017 – Período de 23.08.2016 a 22.08.2017	(336.020)	(138.079)
Total da Parcela A – CVA	(382.126)	(213.407)
Outros Itens – Período de 23.08.2015 a 22.08.2016	(224.306)	(203.836)
Outros Itens – Período de 23.08.2016 a 22.08.2017	(32.640)	10.623
Total Outros Itens – CVA	(256.946)	(193.213)
Total	(639.072)	(406.620)

O Ativo/Passivo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, destina-se à contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Selic.

A ANEEL por meio do Despacho nº 2.078, de 02 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial da União – DOU, em 08 de agosto de 2016, reconheceu o recurso da Celesc D interposto em face do Despacho nº 2.642, de 2015, para, no mérito, dar parcial provimento, de modo a: a) considerar mais 2MW médios como exposição involuntária relativa a cessação de atividades e retorno ao mercado cativo de consumidores especiais e b) considerar mais 15,818MW médios como exposição involuntária em razão do reconhecimento de erro no preenchimento da declaração de necessidades de energia para o Leilão A-1 de 2013.

Sendo assim a Celesc D reconheceu no resultado de junho de 2016 o valor de R\$256.601, sendo R\$225.029 como redutora da Receita Operacional Bruta e R\$31.572 como Despesa Financeira, tendo como contrapartida a conta patrimonial Passivo Financeiro (Circulante), proveniente da diferença apurada pelo órgão regulador.

A Celesc D está adotando todas as medidas administrativas e judiciais necessárias com a finalidade de preservar os interesses da companhia, quanto ao reconhecimento do caráter involuntário dos 35,02MW médios não atendidos no recurso apresentado à ANEEL.

A Companhia, objetivando preservar seus direitos, ingressou com Demanda Judicial junto a Justiça Federal do Distrito Federal, com pedido liminar para que o órgão regulador reconsidere o que foi definido no Despacho nº 2.078/16. Diante do pedido da Companhia, a juíza da 6ª Vara da Justiça Federal, deferiu o pedido de tutela de urgência, cautelarmente, para determinar a suspensão, até ulterior determinação do Juízo, do impacto financeiro da ordem de R\$256,6 milhões, a ser aplicado pela ANEEL no processo de revisão tarifária da Celesc D decorrente da exposição desta no ano de 2014. Com base nessa decisão, os impactos decorrentes da Subcontratação de 2014 não foram incluídos da deliberação da Diretoria da ANEEL.

A Celesc D reconheceu ainda em dezembro de 2016, o montante de R\$19,7 milhões, como redutora da Receita Operacional Bruta tendo como contrapartida a conta patrimonial Passivo Financeiro (Circulante e Não Circulante). O valor refere-se à sobras Involuntárias sinalizadas pela ANEEL na Nota Técnica nº 93/2016-SRM/ANEEL de 21 de março de 2016 e correspondem à 84,969 MWmédios que elevaram o patamar de contratação de



energia da Companhia para 105,91% fazendo com que o limite regulatório de 105% fosse ultrapassado em 0,91%.

11.2. Bonificação de Outorga

O valor pago pela Bonificação de Outorga – BO de R\$228,6 milhões foi pago em duas parcelas. A 1ª parcela da Bonificação da Outorga da Celesc G foi quitada em 04 de janeiro de 2016 no valor de R\$148,6 milhões correspondendo a 65% do total, ficando o débito da 2ª parcela de R\$80,0 milhões correspondendo a 35%. O montante atualizado pela taxa Selic registrado como “Outros Passivos Circulantes” no valor de R\$85,4 milhões, foi pago em 01 de julho de 2016.

A Receita Anual de Geração – RAG será reajustada anualmente pela ANEEL pelo IPCA, a partir 1º de julho de 2017. Dessa forma, o ativo financeiro está sendo atualizado mensalmente pelo índice estabelecido no contrato.

O saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado:

- Deduzindo-se o valor mensal recebido de RBO, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL 2.014/2016;
- Somando-se os juros mensais calculados com base na taxa de juros efetiva (TIR);
- Somando-se a atualização monetária pelo IPCA, estabelecido pelo contrato de concessão.

Descrição	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	Consolidado
						Total
Em 31 de dezembro de 2016	38.146	54.580	41.737	25.026	102.327	261.816
Ingressos	-	-	-	-	-	-
Atualização Monetária	353	506	387	231	952	2.429
Juros	1.134	1.645	1.217	846	2.682	7.524
Amortização/Baixa	(1.091)	(1.573)	(1.167)	(800)	(2.607)	(7.238)
Em 31 de março de 2017	38.542	55.158	42.174	25.303	103.354	264.531
					Circulante	28.981
					Não Circulante	235.550

12. ATIVO INDENIZATÓRIO – CONCESSÃO

Em função da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurcou seus bens vinculados à concessão em ativo intangível e ativo indenizável.

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2017	31 de dezembro 2016
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	318.836	346.620
Em Serviço	149.261	145.731
Em Curso	169.575	200.889
Ativo de Concessão – Geração de Energia (b)	2.421	2.421
Ativo Indenizatório	2.421	2.421
Total Não Circulante	321.257	349.041

a) Ativo de Concessão – Distribuição de Energia

Descrição	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2016	346.620
(+) Novas Aplicações	3.242
(+) Variação do Ativo Imobilizado em Curso - AIC	(31.314)
(+) Ajuste VNR (i)	753
(-) Resgate	(465)
Em 31 de março de 2017	318.836

(i) A Companhia reconheceu no primeiro trimestre de 2017, o montante de R\$753, referente à atualização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR.

A Celesc D atualiza sua Base de Remuneração Regulatória – BRR, a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, pelo IPCA em atendimento ao Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET, Submódulo 2.3.

b) Ativo de Concessão – Geração de Energia

A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculo estabelecidos pela Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

Investimentos em Usinas	Consolidado	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
PCH Bracinho	85	85
PCH Cedros	195	195
PCH Salto	1.906	1.906
PCH Palmeiras	235	235
Total	2.421	2.421

13. TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2017	31 de dezembro 2016	31 de março 2017	31 de dezembro 2016
ICMS ⁴	-	-	38.796	39.481
PIS e COFINS ⁵	-	-	23.295	21.223
IRPJ e CSLL ⁶	-	-	128.855	59.475
Outros	2.389	2.813	23.814	19.567
Total	2.389	2.813	214.760	139.746
Circulante	2.389	2.813	193.407	121.761
Não Circulante	-	-	21.353	17.985

Os saldos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL é composto substancialmente por valores pagos antecipadamente e por reduções na fonte por imposto de renda sobre aplicações financeiras e serão realizados no curso normal das operações.

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no Ativo Não Circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

O saldo de PIS e COFINS é composto por retenções efetuadas em conformidade com a Lei nº 10.833/2003 e Lei nº 10.637/2002, tendo em sua composição principalmente pagamentos a maior relativos a pedido de liminar deferida pela Justiça Federal do Distrito Federal referente ao processo de reconhecimento de exposição involuntária pelo órgão regulador. (Nota 11.1)

⁴ Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS

⁵ Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

⁶ Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL são compostos substancialmente por valores pagos antecipadamente e por reduções na fonte de imposto de renda.

Os valores classificados como Outros tem em sua principal composição IRRF sobre as aplicações financeiras serão realizados no curso normal das operações.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e Transações

Os saldos contabilizados em partes relacionadas no ativo não circulante são:

Descrição	Controladora
	Outros Créditos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2016	
Governo do Estado de SC	
<i>Rede Subterrânea (i)</i>	5.984
	5.984
Em 31 de março de 2017	
Governo do Estado de SC	
<i>Rede Subterrânea (i)</i>	6.076
	6.076

Descrição	Consolidado				
	Tributos a Recolher	Tributos a Compensar	Contas Receber por Vendas	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Outros Passivos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2016					
Governo do Estado de SC					
<i>ICMS</i>	107.032	39.481	-	-	-
<i>Contas a Receber</i>	-	-	7.073	-	-
<i>Rede Subterrânea (i)</i>	-	-	-	5.984	-
Rondinha Energética S.A.	-	-	-	488	-
Celos	-	-	-	-	17.016
	107.032	39.481	7.073	6.472	17.016
Em 31 de março de 2017					
Governo do Estado de SC					
<i>ICMS</i>	145.313	38.796	-	-	-
<i>Contas a Receber</i>	-	-	9.022	-	-
<i>Rede Subterrânea (i)</i>	-	-	-	6.076	-
Rondinha Energética S.A.	-	-	-	488	-
Celos	-	-	-	-	10.694
	145.313	38.796	9.022	6.564	10.694

A movimentação no resultado do exercício:

Descrição	Controladora
	Receitas Financeiras
Em 31 de março de 2016	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	12.652
	12.652
Em 31 de março de 2017	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	92
	92

Descrição	Tributos/ Deduções da Receita	Receita de Vendas	Consolidado
			Receitas Financeiras
Em 31 de março de 2016			
Governo do Estado de SC			
ICMS	578.520	-	-
Receita de Vendas	-	20.179	-
	578.520	20.179	-
Em 31 de março de 2017			
Governo do Estado de SC			
ICMS	531.774	-	-
Receita de Vendas	-	20.226	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	92
	531.774	20.226	92

(i) Rede Subterrânea

Em 1995, a Companhia firmou Convênio nº 007/95, Termo de Cooperação Técnica, com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis.

A Companhia recebeu do Acionista, Governo do Estado de Santa Catarina, o Ofício GAB/GOV nº 67/2016, datado de 23 de junho de 2016, autorizando a efetuar a retenção dos proventos (dividendos do exercício de 2015), a serem recebidos pelo acionista para abatimento do débito e, autoriza ainda, a deduzir o saldo remanescente em exercícios subsequentes até a extinção do referido débito.

Em 31 de março de 2017 o valor atualizado monetariamente era de R\$6.076.

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2017	31 de março 2016	31 de março 2017	31 de março 2016
Administradores				
Honorários	1.210	1.140	1.210	1.140
Encargos Sociais	355	325	355	325
Outros	43	25	43	25
	1.608	1.490	1.608	1.490

15. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2017	31 de dezembro 2016	31 de março 2017	31 de dezembro 2016
Controladas				
Celesc D	1.406.987	1.311.796	-	-
Celesc G	399.726	389.742	-	-
	<u>1.806.713</u>	<u>1.701.538</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Controladas em Conjunto				
SCGÁS	94.661	97.117	94.661	97.117
	<u>94.661</u>	<u>97.117</u>	<u>94.661</u>	<u>97.117</u>
Coligadas				
ECTE	41.960	52.860	41.960	52.860
DFESA	32.170	32.766	32.170	32.766
SPEs ⁷	-	-	46.593	44.811
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão para Perda em Investimento	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
	<u>74.130</u>	<u>85.626</u>	<u>120.723</u>	<u>130.437</u>
	<u>1.975.504</u>	<u>1.884.281</u>	<u>215.384</u>	<u>227.554</u>

a) Informações sobre Investimentos

Controladora						
Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício
		Capital Social	Capital Votante			
	Ordinárias					
Em 31 de dezembro de 2016						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.311.796	7.722.620	(52.530)
Celesc G	43.209	100%	100%	389.742	569.616	23.143
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	171.153	416.260	42.328
SCGÁS	1.827	17%	51%	335.933	510.385	116.171
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	142.276	151.563	34.312
Cubatão	1.600	40%	40%	1.601	5.739	(90)
Em 31 de março de 2017						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.406.987	8.231.267	95.191
Celesc G	43.209	100%	100%	399.726	583.022	9.984
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	135.857	435.600	9.621
SCGÁS	1.827	17%	51%	323.649	455.566	(12.284)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	139.690	148.186	9.414
Cubatão	1.600	40%	40%	1.601	5.739	(32)

⁷ Sociedade de Propósito Específico.

	Consolidado					
Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2016						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	171.153	416.260	42.328
SCGÁS	1.827	17%	51%	335.933	510.385	116.171
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	142.276	151.563	34.312
Cubatão	1.600	40%	40%	1.601	5.739	(90)
Rondinha Energética S.A.	12.838	32,5%	32,5%	35.590	58.921	612
Painel Energética S.A.	4.745	32,5%	32,5%	5.561	5.561	(22)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30 %	30%	6.056	6.469	(102)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	37.330	58.833	4.798
Xavantina Energética S.A.	216	40%	40%	23.826	43.466	(2.294)
Garça Branca Energética S.A.	9.503	49%	49%	16.232	46.175	(1.528)
Em 31 de março de 2017						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	135.857	435.600	9.621
SCGÁS	1.827	17%	51%	323.649	455.566	(12.284)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	139.690	148.186	9.414
Cubatão	1.600	40%	40%	1.601	5.739	(32)
Rondinha Energética S.A.	12.838	32,5%	32,5%	35.593	59.072	3
Painel Energética S.A.	4.745	32,5%	32,5%	5.561	5.561	(25)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30 %	30%	6.119	6.532	(34)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	38.219	50.380	1.387
Xavantina Energética S.A.	216	40%	40%	22.689	42.209	(265)
Garça Branca Energética S.A.	9.503	49%	49%	18.669	48.516	(463)

b) Movimentação dos Investimentos

Descrição	Controladora					
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
Em 31 de dezembro de 2015	1.501.051	372.169	45.486	84.005	32.234	2.034.945
Dividendos e JCP Creditados	(3.864)	(7.570)	(5.699)	(5.168)	(7.370)	(29.671)
Amortização Ágio	-	-	-	(1.469)	-	(1.469)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(52.530)	25.143	13.073	19.749	7.902	13.337
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	(132.861)	-	-	-	-	(132.861)
Em 31 de dezembro de 2016	1.311.796	389.742	52.860	97.117	32.766	1.884.281
Dividendos e JCP Creditados	-	-	(13.872)	-	(2.764)	(16.636)
Amortização Ágio	-	-	-	(367)	-	(367)
Resultado de Equivalência Patrimonial	95.191	9.984	2.972	(2.089)	2.168	108.226
Em 31 de março de 2017	1.406.987	399.726	41.960	94.661	32.170	1.975.504

Descrição	Consolidado				
	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs	Total
Em 31 de dezembro de 2015	45.486	84.005	32.234	39.924	201.649
Integralizações	-	-	-	5.103	5.103
Dividendos e JCP Creditados	(5.699)	(5.168)	(7.370)	(250)	(18.487)
Amortização Ágio	-	(1.469)	-	-	(1.469)
Resultado de Equivalência Patrimonial	13.073	19.749	7.902	(301)	40.423
Aumento de Capital Social	-	-	-	395	395
Outros Ajustes	-	-	-	(60)	(60)
Em 31 de dezembro de 2016	52.860	97.117	32.766	44.811	227.554
Integralizações	-	-	-	1.896	1.896
Dividendos e JCP Creditados	(13.872)	-	(2.764)	(125)	(16.761)
Amortização Ágio	-	(367)	-	-	(367)
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.972	(2.089)	2.168	11	3.062
Em 31 de março de 2017	41.960	94.661	32.170	46.593	215.384

O saldo do ágio gerado na aquisição da SCGÁS no primeiro trimestre de 2017 é de R\$39.641 (R\$40.008 em 31 de dezembro de 2016). O ágio é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

16. IMOBILIZADO

a) Composição do Saldo

Descrição	Consolidado					
	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento
Em 31 de dezembro de 2016	3.983	20.595	28.644	83.294	334	21.645
Custo do Imobilizado	20.202	188.825	49.868	172.236	1.537	21.645
Provisão para Perdas	(8.891)	(24.480)	(5.312)	(12.728)	79	-
Depreciação Acumulada	(7.328)	(143.750)	(15.912)	(76.214)	(1.282)	-
Em 31 de dezembro de 2016	3.983	20.595	28.644	83.294	334	21.645
Adições	-	-	-	-	-	2.272
Indenização Final da Concessão	-	-	-	-	-	-
Baixas Saldo Bruto	-	(20.079)	-	(7.525)	-	68
Baixas Depreciação	-	20.079	-	7.471	-	-
Depreciação	-	(816)	(482)	(1.741)	(25)	-
(+/-) Transferências	-	99	-	857	-	(956)
Realização de Provisão para Perdas	-	-	-	(52)	-	-
Em 31 de março de 2017	3.983	19.878	28.162	82.304	309	22.893
Custo do Imobilizado	20.202	188.924	49.868	173.039	1.537	22.893
Provisão para Perdas	(8.891)	(24.480)	(5.312)	(12.780)	79	-
Depreciação Acumulada	(7.328)	(144.566)	(16.394)	(77.955)	(1.307)	-
Em 31 de março de 2017	3.983	19.878	28.162	82.304	309	22.893
Taxa Média de Depreciação	0%	3%	5%	5%	17%	0%

b) Depreciação

Para os ativos que não possuem determinação pelo Poder Concedente de indenização, a depreciação é definida de acordo com a sua vida útil estimada, limitada ao prazo de concessão. Para os demais ativos, aqueles provenientes de investimentos sujeitos à indenização ao final da concessão, a depreciação é estabelecida conforme Resolução ANEEL nº 674/2015.

17. INTANGÍVEL

Descrição	31 de dezembro 2016	Amortizações	Controladora
			31 de março 2017
Ágio Aquisição ECTE	6.955	(126)	6.829

Descrição	Contratos de Concessão (a) Celesc D	Software Adquiridos	Ágio	Uso do Bem Público (b) Celesc G	Faixa de Servidão	Itens em Andamento	Consolidado
							Total
Em 31 de dezembro de 2016	3.046.954	3.564	6.955	821	70	614	3.058.978
Custo Total	4.333.059	6.495	14.248	6.693	70	614	4.361.179
Amortização Acumulada	(1.286.105)	(2.931)	(7.293)	(5.872)	-	-	(1.302.201)
Em 31 de dezembro de 2016	3.046.954	3.564	6.955	821	70	614	3.058.978
Adições	112.210	-	-	-	-	31	112.241
Baixas	(12.066)	-	-	-	-	-	(12.066)
Amortizações	(49.376)	(325)	(126)	(247)	-	-	(50.074)
Em 31 de março de 2017	3.097.722	3.239	6.829	574	70	645	3.109.079
Custo Total	4.433.203	6.495	14.248	6.693	70	645	4.461.354
Amortização Acumulada	(1.335.481)	(3.256)	(7.419)	(6.119)	-	-	(1.352.275)
Em 31 de março de 2017	3.097.722	3.239	6.829	574	70	645	3.109.079
Taxa Média de Amortização	4,3%	5%	0,2%	4%	0%	0%	

O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

a) Contratos de Concessão

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), contratos de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (Obrigações Especiais).

A ANEEL em conformidade ao marco regulatório brasileiro é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de concessão do setor elétrico, estabelecendo



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

periodicamente uma revisão na avaliação destas taxas. As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

b) Uso do Bem Público

Em 11 de julho de 2013 foi assinado o contrato de concessão nº 006/2013, decorrente da alteração de regime de exploração formalizada pelo quarto termo aditivo ao contrato de concessão para geração de energia elétrica nº 55/99, tendo como objeto regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica.

Tal contrato prevê o recolhimento à Eletrobras, por um prazo de 60 meses ou até o final da concessão de cada PCH, de quota mensal de Uso de Bem Público – UBP definida em contrato, atualizada monetariamente pela variação do IPCA. A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo mesmo período de vigência da obrigação.

Em 31 de março de 2017 o respectivo saldo passivo é de R\$507 mil. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP é decorrente da utilização da taxa de desconto definida pela Administração de 7,78% para a UHE Caveiras e de 8,90% para as PCHs Pery e Celso Ramos.

Os montantes, por Usina, recolhidos no primeiro trimestre de 2017 foram:

Centrais Geradoras	Consolidado	
	31 de março 2017	31 de dezembro 2016
UHE Cedros	-	284
UHE Salto	-	221
UHE Bracinho	-	336
UHE Palmeiras	-	434
PCH Pery	198	760
UHE Caveiras	21	79
PCH Celso Ramos	46	175

18. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

Descrição	Consolidado					
	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	31 de março 2017	31 de dezembro 2016	31 de março 2017	31 de dezembro 2016	31 de março 2017	31 de dezembro 2016
Diferenças temporárias						
Provisão para Contingências	123.082	116.445	-	-	123.082	116.445
Provisão para Perdas em Ativos	61.649	63.557	-	-	61.649	63.557
Benefício Pós-Emprego	355.290	361.153	-	-	355.290	361.153
Custo Atribuído	-	-	10.778	11.520	(10.778)	(11.520)
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de Concessão	-	-	59.866	60.395	(59.866)	(60.395)
Efeitos do CPC 38 - Instrumentos Financeiros	-	-	73.763	74.417	(73.763)	(74.417)
Parcela A - CVA	87.244	215.992	-	91.092	87.244	124.900
Bonificação de Outorga	4.904	3.040	18.516	15.132	(13.612)	(12.092)
Outras Provisões	-	-	610	620	(610)	(620)
	632.169	760.187	163.533	253.176	468.636	507.011

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2017	31 de dezembro 2016
Ativo	477.340	514.870
Passivo	(8.704)	(7.859)
Tributo Diferido Líquido	468.636	507.011

b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização tem como base o Plano de Ação para Demonstrar a Sustentabilidade Econômico-Financeira da Celesc D apresentado para a ANEEL em novembro de 2013.

Em atendimento a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, a Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. Os tributos diferidos relativos à Bonificação de Outorga serão realizados de acordo com o prazo determinado no contrato de concessão das usinas.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

O Passivo Financeiro de R\$256,6 milhões está em Demanda Judicial junto a Justiça Federal do Distrito Federal. Tendo como fundamento o pedido de liminar deferido pelo egrégio tribunal, os valores relativos a Demanda Judicial tiveram seus montantes de IR e CSLL diferidos até que seja proferida sentença final sobre o processo em curso. (Nota 11.1)

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de março de 2017 são:

Ano	Consolidado	
	31 de março 2017	31 de dezembro 2016
2017	99.827	209.936
2018	152.920	171.335
2019	61.351	59.155
2020	62.006	60.286
Acima de 2021	256.065	259.476
Total	632.169	760.187

c) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2017	31 de março 2016	31 de março 2017	31 de março 2016
Lucro antes do IRPJ e a CSLL	101.656	25.954	165.579	36.591
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e SCLL	(34.563)	(8.824)	(56.297)	(12.441)
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	36.797	10.555	1.041	4.638
Benefício Fiscal	-	-	(6)	1.384
Incentivo Fiscal	-	-	400	(12)
Provisões Indedutíveis	(167)	(168)	(167)	(168)
Multas Indedutíveis	-	-	(1.177)	(2.005)
IRPJ/CSLL sobre Prejuízo Fiscal	(1.824)	-	(1.824)	-
Participação dos Administradores	29	-	17	(45)
Depreciação / Baixas VNR	-	(34)	-	(4)
Perdas Não Técnicas	-	-	(5.776)	-
Outras Adições (Exclusões)	(272)	(1.529)	(134)	(1.984)
	-	-	(63.923)	(10.637)
Corrente	-	-	(25.548)	(97.861)
Diferido	-	-	(38.375)	87.224
Taxa Efetiva	0,00%	0,00%	-38,61%	-29,07%

d) Lei Federal nº 12.973 de 13 de Maio de 2014

A Companhia vem apurando o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, o Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS em conformidade com a Lei Federal nº 12.973/14 e Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil nº 1.556 de 31 de março de 2015 e nº 1.700 de 14 de março de 2017.

Na Celesc G foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados, conforme a legislação societária, e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

Na Celesc D as diferenças positivas e negativas foram apuradas conforme o artigo 69 da Lei Federal nº 12.973/14 e os seus efeitos serão realizados pelo prazo vigente de concessão.

19. FORNECEDORES

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2017	31 de dezembro 2016
Energia Elétrica	406.550	483.833
Encargos de Uso da Rede Elétrica	41.467	41.503
Materiais e Serviços	65.810	98.423
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	68.490	1.341
	582.317	625.100

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os contratos de Empréstimos e Financiamentos são garantidos, principalmente, por recebíveis das Companhias.

Descrição	Taxa de Juros e Comissões %	Consolidado	
		31 de março 2017	31 de dezembro 2016
Empréstimos Bancários (a)	110 a 121,5 CDI	192.313	235.157
Eletrobras (b)	5,00 a.a.	49.841	56.316
Finame (c)	2,5 a 8,7 a.a.	40.169	41.558
Total		282.323	333.031
Circulante		193.620	202.996
Não Circulante		88.703	130.035

a) Empréstimos Bancários

Os saldos de Empréstimos Bancários referem-se a duas contratações, cujos recursos foram utilizados exclusivamente para a finalidade de capital de giro.

A primeira contratação, no valor de R\$300 milhões, foi efetuada junto à Caixa Econômica Federal em junho de 2014, com remuneração à taxa equivalente a 121,5% do CDI. Em abril de 2015, o contrato foi repactuado e o prazo para pagamento foi alongado para 38 meses, com carência de 8 meses. A amortização final está prevista para junho de 2018.

A segunda contratação, no valor de R\$100 milhões, foi efetuada junto ao Banco do Brasil em janeiro de 2015, com remuneração à taxa equivalente a 110% do CDI. Foi oferecida uma carência de 12 meses para o início da amortização do valor principal, previsto para liquidação em 24 parcelas mensais. A amortização final está prevista para janeiro de 2018.

b) Eletrobras

Os recursos destinam-se, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural, e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, os contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 parcelas mensais, alguns em mais parcelas, taxa de juros de 5% a.a., taxa de administração de 2% a.a. e taxa



de comissão de 0,83%. As garantias são os recebíveis e todos os contratos possuem anuência da ANEEL.

c) Fínance

Os recursos dessas contratações serviram para suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros que variam de 2,5% a 9,5% a.a..

O valor contratado pode chegar a R\$50 milhões e as amortizações são previstas para 96 parcelas mensais. Suas aplicações estavam previstas, inicialmente, para os anos de 2011 e 2012. Entretanto, ocorreram aplicações em 2013 e ainda poderão acontecer até 2017. Todos os contratos possuem anuência da ANEEL e, em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis da empresa.

20.1. Composição dos Vencimentos de Longo Prazo

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2017	31 de dezembro 2016
Ano 2018 – 1T	-	41.331
Ano 2018 – 2T - 4T	46.452	46.452
Ano 2019	17.349	17.349
Ano 2020	9.273	9.274
Ano 2021	6.260	6.260
Ano 2022 +	9.369	9.369
	88.703	130.035

20.2. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2015	217.157	325.017	542.174
Ingressos	-	11.106	11.106
Encargos Provisionados	57.703	-	57.703
Transferências	206.088	(206.088)	-
Amortizações de Principal	(219.373)	-	(219.373)
Pagamentos de Encargos	(58.579)	-	(58.579)
Em 31 de dezembro de 2016	202.996	130.035	333.031
Encargos Provisionados	9.146	-	9.146
Transferências	41.332	(41.332)	-
Amortizações de Principal	(50.354)	-	(50.354)
Pagamentos de Encargos	(9.500)	-	(9.500)
Em 31 de março de 2017	193.620	88.703	282.323

21. DEBÊNTURES

21.1. Debêntures – Celesc D

A Celesc D emitiu, em 15 de maio de 2013, 30 mil Debêntures no valor nominal unitário de R\$10 mil, totalizando R\$300 milhões, com vencimento para 15 de maio de 2019. Os recursos dessa emissão foram utilizados, exclusivamente, para reforço de capital de giro e realização de investimentos.

Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,3%.

A amortização do principal está prevista para 3 parcelas anuais e consecutivas, a partir de 15 de maio de 2017, e da remuneração em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir de 15 de novembro de 2013. Até o momento foram efetuados pagamentos apenas de parcelas da remuneração no montante de R\$136 milhões.

A partir de 2014, ao final de cada exercício, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de março de 2017 a Companhia esteve abaixo deste indicador de relação.

21.2. Debêntures – Celesc G

Em 03 de março 2016 ocorreu a primeira emissão de Debêntures da Celesc G. O valor total da emissão foi de R\$150.000 (cento e cinquenta milhões de reais), em uma única série, constituída por 15.000 (quinze mil) Debêntures com valor nominal unitário de R\$10 (dez mil reais).

As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória. As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, tendo vencimento no prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data da emissão, sem atualização monetária. Os juros remuneratórios corresponderão a 125% (cento e vinte e cinco por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do Depósitos Interfinanceiros – DI e serão pagos trimestralmente, sem carência, nos meses de junho, setembro, dezembro e março, sendo o primeiro pagamento devido em 03 de junho de 2016 e o último pagamento devido na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado e de amortização extraordinária.

O valor nominal unitário das Debêntures será amortizado integralmente na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das debêntures resultante do



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

resgate antecipado, de amortização extraordinária ou na data do vencimento antecipado das Debêntures.

A partir de 2016, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado a emissão das debêntures não apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2,5, nos dois primeiros semestres, e superior a 2 nos dois últimos semestres. O não cumprimento desses indicadores financeiros pode implicar no vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2017 a Companhia esteve abaixo deste indicador de relação.

a) Movimentação das Debêntures:

Descrição	Consolidado
	Total
Em 31 de dezembro de 2015	600.731
Ingressos	151.850
Atualização Monetária	98.778
Pagamentos Encargos	(99.466)
Pagamentos Principal	(300.000)
Custos na Emissão de Debêntures	2.867
Em 31 de dezembro de 2016	454.760
Atualização Monetária	15.731
Pagamentos Encargos	(5.817)
Custos na Emissão de Debêntures	497
Em 31 de março de 2017	465.171
Circulante	117.070
Não Circulante	348.101

22. OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

a) Composição

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2017	31 de dezembro 2016	31 de março 2017	31 de dezembro 2016
ICMS	-	-	145.313	107.032
PIS e COFINS	11	306	45.362	40.761
IRPJ e CSLL	-	-	27.695	4.302
Outros	80	71	5.451	6.421
Circulante	91	377	223.821	158.516

23. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2017	31 de dezembro 2016
Programa de Eficiência Energética – PEE	173.017	162.351
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	80.880	79.500
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	80.665	77.487
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (i)	2.383.674	2.192.302
Uso do Bem Público	507	753
Outros	1.130	1.209
Total	2.719.873	2.513.602
Circulante	2.489.765	2.298.120
Não Circulante	230.108	215.482

(i) A Celesc D interpôs Ação Ordinária Judicial visando a compensação dos valores devidos e creditórios existentes com a Eletrobras, obtendo liminar favorável. A referida ação judicial, objetiva, em termos práticos, apenas garantir que as cotas de Conta de Desenvolvimento Energético – CDE devidas à Celesc D pela Eletrobras, sejam reconhecidas pelo juízo como recurso financeiro suficiente à adimplência das obrigações da Celesc D para com a Eletrobras, do mesmo modo, nas parcelas de CDE definidas por essa agência reguladora.

O não recebimento dos valores de Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) comprometeu seriamente o fluxo de caixa da Celesc D, que se esforçou em manter-se adimplente perante as suas obrigações intrassetoriais até o limite de comprometimento do seu fluxo de caixa (Notas 4.4 e 10).

CDE	Consolidado	
	31 de março 2017	31 de dezembro 2016
Valor CDE a Pagar	2.383.674	2.192.302
Valor CDE a Receber	1.360.844	1.229.741
Valor CDE Líquido a Pagar	1.022.830	962.561

Os valores mensais, referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, são devidos pela Eletrobras à Celesc D.

A ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 2.204, de 07 de março de 2017, retificou a Resolução Homologatória nº 2.202 de 07 de fevereiro de 2017, homologando as cotas de CDE Uso no valor mensal de R\$41.064 e as cotas de CDE Energia no valor mensal de R\$47.093, para o exercício de 2017.

24. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Nas datas das Informações Trimestrais, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

Descrição	Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	31 de março 2017	31 de dezembro 2016	31 de março 2017	31 de dezembro 2016
Contingências:				
Tributária	2.117	2.117	1.263	1.263
Trabalhistas	1.468	1.486	29	29
Cíveis	5.445	5.472	2.177	51
Regulatórias	8.182	8.182	5.174	5.174
	17.212	17.257	8.643	6.517

Descrição	Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	31 de março 2017	31 de dezembro 2016	31 de março 2017	31 de dezembro 2016
Contingências:				
Tributária	3.744	3.744	60.504	60.504
Trabalhistas	46.502	40.105	51.108	46.480
Cíveis	48.454	31.239	135.402	114.583
Regulatórias	49.248	49.248	37.107	37.107
Ambientais	-	-	23.091	23.048
	147.948	124.336	307.212	281.722

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos
Em 31 de dezembro de 2016	17.257	6.517	124.336	281.722
Adições	171	2.126	35.346	28.485
Baixas	(216)	-	(11.734)	(2.995)
Em 31 de março de 2017	17.212	8.643	147.948	307.212

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

a) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias nas esferas federal (relativos aos tributos PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e previdenciária) e municipal (relativo ao ISS).

b) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

c) Contingências Cíveis

Estão relacionadas às ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, danos envolvendo perda de produções (fumo, frangos), acidentes envolvendo terceiros.

Há da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Concessionária de Energia Elétrica: revisão de faturamentos, reclassificação tarifária, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-financeiro), concurso público, dentre outras.

d) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARESC ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam em multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, onde a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

e) Contingências Ambientais

Tratam-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc.

O Grupo também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, regulatórias e ambientais, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2017	31 de dezembro 2016
Tributárias (i)	35.552	34.291
Trabalhistas (ii)	17.817	16.763
Cíveis (iii)	126.453	115.983
Regulatórias (iv)	111.076	109.053
Ambientais (v)	23.338	22.638
	314.236	298.728

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal relativas a recolhimento de PIS, COFINS e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, indenização por acidente de trabalho, garantia contratual e verbas rescisórias e outras.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam em multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, onde a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

25. PASSIVO ATUARIAL

Obrigações Registradas	Consolidado	
	31 de março 2017	31 de dezembro 2016
Planos Previdenciários	861.683	870.307
Plano Misto/Transitório (a)	861.683	870.307
Outros Benefícios a Empregados	673.065	688.918
Plano Celos Saúde (b)	579.900	582.150
Programa de Demissão Voluntária – PDV 2012 (c)	38.433	16.183
Programa de Desligamento Incentivado – PDI (d)	14.128	50.789
Outros Benefícios (e)	40.604	39.796
Total	1.534.748	1.559.225
Circulante	163.590	162.312
Não Circulante	1.371.158	1.396.913

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

a) Planos Previdenciários

A partir de janeiro de 1997, foi implementado um novo plano de previdência complementar para os novos empregados com características de contribuição variável, denominado “Plano Misto”, contemplando a renda de aposentadoria programada, aposentadoria por invalidez e pensão por morte.

Para os participantes que pertenciam ao Plano Transitório foi elaborado um processo de migração dando oportunidade aos participantes do referido plano migrarem para o Plano Misto.

Este processo de migração se deu em dois períodos: de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela migração.

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores a transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

Do total reconhecido, R\$490 milhões refere-se à dívida pactuada com a Celos em 30 de novembro de 2001, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualização pela variação do IGP-M, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Celesc D registrou a partir de 2015 a atualização



monetária e juros como resultado financeiro, fundamentado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Em outubro de 2010 por meio de termo aditivo houve a mudança do indexador de atualização do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Programa de Demissão Voluntária – PDV

Por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, a Celesc D aprovou o Plano de Adequação de Quadros, do qual faz parte o Plano de Demissão Voluntária – PDV.

Esse programa foi implementado a partir de novembro de 2012, inicialmente aderiram 734 empregados e até junho de 2013 houve a inclusão de mais 19 empregados. Desligaram-se da Celesc D 753 beneficiários.

Até 31 de março de 2017 a Celesc D havia quitado o débito com 447 beneficiários.

d) Plano de Desligamento Incentivado – PDI

Por meio da Deliberação nº 15, de 22 de fevereiro de 2016, a Celesc D aprovou o Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Esse programa foi implementado em dezembro de 2016, com adesão e o desligamento de 61 empregados. Os pagamentos das parcelas iniciaram em janeiro de 2017.

e) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

25.1. Resultados da Avaliação Atuarial

a) Reconciliação do Valor Presente das Obrigações

Descrição	Consolidado						
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDI 2016	PDVI 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Saldo 31 de dezembro de 2015	1.654.146	730.019	508.506	-	108.841	16.444	38.316
Custo Inicial	-	-	-	16.183	-	-	-
Custo do Serviço Corrente Bruto (com juros)	6.497	-	(40.652)	-	-	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	210.334	91.179	62.606	-	9.909	2.129	4.045
Benefícios Pagos no ano	(138.259)	(87.595)	(88.617)	-	(47.016)	(329)	(4.496)
Contribuições de Participante Vertida no ano	14.418	17.159	33.116	-	-	-	-
Obrigações Ganho/Perda	(35.958)	(7.196)	181.230	-	(20.945)	(9.736)	2.005
Saldo 31 de dezembro de 2016	1.711.178	743.566	656.189	16.183	50.789	8.508	39.836

b) Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

							Consolidado
Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDVI 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2015	347.740	441.610	464.289	-	108.841	8.419	38.316
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.711.178	743.566	656.189	16.183	50.789	8.508	39.783
Benefícios Concedidos	1.489.013	743.566	621.079	16.183	50.789	329	37.549
Benefícios a Conceder	222.165	-	35.110	-	-	8.179	2.234
Valor justo dos ativos	(1.302.335)	(282.102)	(74.039)	-	-	(8.548)	-
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2016	408.843	461.464	582.150	16.183	50.789	(40)	39.783

c) Reconciliação do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Consolidado				
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2012	Plano Pecúlio
Em 31 de dezembro de 2015	1.306.406	288.409	44.217	-	8.025
Benefícios Pagos no Ano	(138.259)	(87.596)	(88.617)	(47.016)	(330)
Contribuições de Participantes Vertidas no Ano	14.418	17.159	33.116	-	-
Contribuições de Patrocinadora Vertidas no Ano	41.485	37.370	45.594	47.016	-
Juros sobre Ativo	167.432	35.666	5.762	-	1.058
Ganho/Perda sobre os Ativos	(89.147)	(8.906)	33.967	-	(205)
Em 31 de dezembro de 2016	1.302.335	282.102	74.039	-	8.548

d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2017	31 de março 2016
Plano Transitório	8.044	11.749
Plano Misto	8.702	10.006
PDVI 2012	905	2.477
Plano Médico	9.733	8.297
Outros	1.391	1.279
	28.775	33.808

e) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais e econômicas utilizadas foram às seguintes:



Descrição	2016
Taxa nominal de desconto	Plano Transitório: 11,53% Plano Misto: 11,55% Plano Médico: 11,55% Plano PDV: 11,75%
Taxa Nominal Esperada de Retorno dos Ativos	Plano Transitório: 11,53% Plano Misto: 11,55% Plano Médico: 11,55% Plano PDV: 11,75%
Taxa nominal de Crescimento Salarial	8,59%
Taxa de Inflação Futura	5,50%
Taxa Real de Crescimento dos Custos Médicos (HCCTR)	3,75%
Taxa Real de Crescimento dos Custos Médicos por Faixa Etária (<i>aging factor</i>)	2,50%
Taxa de Rotatividade	Experiência Celos
Taxa Real de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	NULA
Indexador de Reajuste de Salários/Benefícios	IPCA
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários/Benefícios	98,00%

f) Hipóteses Biométricas

Descrição	31 de dezembro 2016
Mortalidade Geral	AT-2000
Mortalidade de Inválidos	AT- 1949
Entrada em Invalidez	Light Média

g) Despesa Estimada para o Exercício de 2017

A estimativa da despesa para o exercício de 2017 está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Despesa a ser Reconhecida em 2017
Plano Transitório	32.177
Plano Misto	34.809
Plano Pecúlio	964
PDV 2012	3.618
Plano Médico	38.934
Outros Benefícios	4.599
	115.101

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340.000, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137



ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$(399.517) em 31 de março de 2017 e R\$(398.075) em 31 de dezembro de 2016, no Patrimônio Líquido:

Consolidado		
Ajuste de Avaliação Patrimonial	31 de março 2017	31 de dezembro 2016
<i>Deemed Cost – Celesc G</i>	20.921	22.363
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (CPC 33)	(420.438)	(420.438)
	(399.517)	(398.075)

c) Lucro Diluído por Ação

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de março de 2017 e de 2016 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados.

Em 31 de março de 2017 e de 2016, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre 31 de dezembro de 2016 e data da conclusão das Informações Trimestrais.

Nos períodos de 31 de março de 2017 e de 2016 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro (prejuízo) por ação.

d) Composição do Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído

Descrição	Controladora	
	31 de março 2017	31 de março 2016
Média Ponderada de Ações (milhares):		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído por Ação a Atribuído aos Acionistas da Companhia (R\$):		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	2,4869	0,6349
Ações Preferenciais nominativas – PN	2,7356	0,6984
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia (R\$):		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	38.615	9.859
Ações Preferenciais nominativas – PN	63.041	16.095
	101.656	25.954

d) Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do



Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

27. SEGUROS

As coberturas de seguros, em 31 de março de 2017, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Consolidado
				Segurado(i)
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionários	30.12.2016 a 29/12/2017	300.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14/05/2016 à 14/05/2017	20.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.08.2016 a 08.08.2017	24.272
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.08.2016 a 08.08.2017	12.136
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.08.2016 a 08.08.2017	12.136
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.08.2016 a 08.08.2017	24.272

(i) Informações não revisadas

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondente aos períodos de 31 de março de 2017 e 2016, são as seguintes:



31 de março de 2017

Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida – ROL	-	1.507.700	32.827	(1.324)	1.539.203
Custo das Vendas	-	(1.262.515)	(10.248)	1.324	(1.271.439)
Resultado Operacional Bruto	-	245.185	22.579	-	267.764
Despesas com Vendas	-	(44.161)	(208)	-	(44.369)
Despesas Gerais e Administrativas	(5.856)	(69.304)	(3.189)	-	(78.349)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(2.619)	15.638	(165)	-	12.854
Resultado de Equivalência Patrimonial	108.226	-	11	(105.175)	3.062
Resultado das Atividades	99.751	147.358	19.028	(105.175)	160.962
Receitas Financeiras	1.914	66.335	2.176	(1.668)	68.757
Despesas Financeiras	(9)	(59.708)	(6.091)	1.668	(64.140)
Resultado Financeiro, líquido	1.905	6.627	(3.915)	-	4.617
Lucro (Prejuízo) antes IRPJ e CSLL	101.656	153.985	15.113	(105.175)	165.579
IRPJ e CSLL	-	(58.794)	(5.129)	-	(63.923)
Lucro (Prejuízo) do Exercício	101.656	95.191	9.984	(105.175)	101.656
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.190.277	8.231.267	583.022		
Total dos Passivos	12.778	6.824.280	183.296		

31 de março de 2016

Descrição	Controladora	Celesc D (Reapresentado)	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida – ROL	-	1.626.484	22.618	(624)	1.648.478
Custo das Vendas	-	(1.470.770)	(14.337)	624	(1.484.483)
Resultado Operacional Bruto	-	155.714	8.281	-	163.995
Despesas com Vendas	-	(49.249)	(210)	-	(49.459)
Despesas Gerais e Administrativas	(5.341)	(65.499)	(2.928)	-	(73.768)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(493)	8.182	-	-	7.689
Resultado de Equivalência Patrimonial	31.043	-	34	(17.437)	13.640
Resultado das Atividades	25.209	49.148	5.177	(17.437)	62.097
Receitas Financeiras	745	72.046	1.924	-	79.820
Despesas Financeiras	-	(94.956)	(5.265)	-	(100.221)
Resultado Financeiro, líquido	745	(22.910)	(3.341)	-	(25.506)
Lucro (Prejuízo) antes IRPJ e CSLL	25.954	26.238	1.836	(17.437)	36.591
IRPJ e CSLL	-	(9.619)	(1.018)	-	(10.637)
Lucro (Prejuízo) do Exercício	25.954	16.619	818	(17.437)	25.954
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.291.203	7.352.663	631.404		
Total dos Passivos	40.521	5.834.993	258.417		

28.1. Receita Operacional Consolidada

Descrição	31 de março 2017	31 de março 2016 (Reapresentado)
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	2.317.581	2.557.715
Suprimento de Energia Elétrica (a)	81.176	67.624
Disponibilização da Rede Elétrica	159.238	132.016
Atualização VNR	753	5.105
Receita de Financeira	9.953	-
Renda de Prestação de Serviços	521	251
Energia Elétrica de Curto Prazo	34.019	165.933
Receita de Ativos e Passivos Regulatórios	(209.217)	(191.309)
Outras Receitas Operacionais	2.875	2.165
Doações e Subvenções (i)	135.907	155.897
Receita de Construção	93.981	84.282
	2.626.787	2.979.679
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(531.774)	(578.520)
PIS	(41.561)	(45.116)
COFINS	(191.432)	(207.809)
Reserva Global de Reversão – RGR	-	(151)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(295.056)	(346.618)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(7.246)	(7.760)
Programa Eficiência Energética – PEE	(7.065)	(7.685)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(1.722)	(1.591)
Comp. Financ. Utiliz. de Recursos Hídricos – CFURH	(220)	(450)
Outros Encargos (Bandeiras Tarifárias)	(11.508)	(135.501)
	(1.087.584)	(1.331.201)
Receita Operacional Líquida – ROL	1.539.203	1.648.478

(i) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no artigo 13, inciso VII, da Lei Federal nº 10.438, de 26 de abril de 2002, alterada pela Lei Federal nº 12.839 de 09 de julho de 2013, e em cumprimento ao disposto no artigo 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

O montante da receita contabilizada como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) no primeiro trimestre de 2017 foi de R\$131.104. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R\$4.803.

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:



Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de março 2017	31 de março 2016	31 de março 2017	31 de março 2016	31 de março 2017	31 de março 2016
Residencial	2.232.844	2.174.567	1.676.896	1.513.333	977.804	961.161
Industrial	102.604	102.124	2.434.531	2.274.333	434.317	614.976
Comercial	257.276	250.704	1.162.387	1.104.229	590.469	664.159
Rural	234.959	234.456	398.350	364.358	148.770	143.099
Poder Público	22.473	22.161	109.704	109.877	67.085	69.527
Iluminação Pública	690	628	158.284	146.859	54.781	57.709
Serviço Público	3.231	3.062	98.457	87.752	44.355	47.084
Total do Fornecimento	2.854.077	2.787.702	6.038.609	5.600.741	2.317.581	2.557.715
Suprimento de Energia	101	93	582.441	558.772	81.176	67.624
Receita Fin. Bonificação de Outorga	-	-	-	-	9.953	-
Total	2.854.178	2.787.795	6.621.050	6.159.513	2.408.710	2.625.339

(i) Informações não auditadas

28.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

31 de março de 2017					
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	1.018.006	-	-	-	1.018.006
Pessoal (b)	83.062	34.994	14.734	404	133.194
Administradores	-	1.608	-	-	1.608
Despesa Atuarial	-	16.695	-	-	16.695
Entidade de Previdência Privada (b)	4.724	1.659	738	-	7.121
Material	1.908	1.501	-	-	3.409
Custo de Construção	93.981	-	-	-	93.981
Custos e Serviços de Terceiros	18.122	12.640	12.675	92	43.529
Depreciação e Amortização	46.360	6.652	-	493	53.505
Provisões Líquidas	-	-	4.873	25.490	30.363
Arrendamentos e Aluguéis	542	3.873	123	(27.534)	(22.996)
Outros Custos e Despesas	4.734	(1.273)	11.226	(11.799)	2.888
	1.271.439	78.349	44.369	(12.854)	1.381.303

31 de março de 2016					
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	1.238.977	-	-	-	1.238.977
Pessoal (b)	80.278	31.358	13.549	2.847	128.032
Administradores	-	1.490	-	-	1.490
Despesa Atuarial	-	10.601	-	-	10.601
Entidade de Previdência Privada (b)	4.500	1.755	676	-	6.931
Material	3.363	1.319	-	-	4.682
Custo de Construção	84.282	-	-	-	84.282
Custos e Serviços de Terceiros	14.581	14.651	13.985	159	43.376
Depreciação e Amortização	52.968	7.642	-	493	61.103
Provisões Líquidas	(1.887)	-	8.251	2.089	8.453
Arrendamentos e Aluguéis	464	3.242	121	(12.875)	(9.048)
Outros Custos e Despesas	6.957	1.710	12.877	(402)	21.142
	1.484.483	73.768	49.459	(7.689)	1.600.021



a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	31 de março 2017	GWh (i)	31 de março 2016	GWh (i)
Açucareiro Zillo Lorenzetti S. A	3.755	16	3.438	17
Aliança Geração de Energia S.A.	13.819	78	-	-
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	160.084	914	203.803	1.043
Tractebel Energia S.A.	76.851	368	121.179	700
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	15.527	68	14.377	69
Petrobrás S.A. – Ute Governador Leon	83.539	449	93.077	454
Companhia Energética de Petrolina – CEP	11.770	49	8.031	50
Serra do Facão Energia S.A.	5.524	26	5.290	27
Furnas Centrais Elétricas S.A.	28.697	288	60.263	479
Cemig Geração e Transmissão S.A.	42.961	280	51.039	246
Companhia Energética Potiguar	-	-	6.815	33
Companhia Hidreletrica Teles Pires	4.374	56	4.159	58
Companhia Energética de São Paulo – CESP	31.551	81	33.355	298
Copel Geração e Transmissão S.A.	-	-	32.189	215
Energética Suape II S.A.	16.476	50	12.870	51
Eletrobras Termonuclear S.A.	36.575	174	32.432	176
Porto do Pecem Geração de Energia	27.730	116	20.737	118
Lages Bioenergética Ltda.	13.039	48	11.757	48
Foz do Chapecó Energia AS	11.387	54	10.813	56
Companhia Energética Estreito	11.264	56	10.456	56
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia	8.276	60	10.902	60
Geradora de Energia do Norte S.A.	-	-	2.182	9
Santa Cruz Power Corp. Usinas Hidro	-	-	2.694	14
Linhares Geração S.A.	3.666	8	2.936	8
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	3.424	9	2.150	9
Rio PCHI S.A.	-	-	2.880	15
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	-	-	2.608	14
Empresa Energética Porto das Pedras	-	-	2.804	14
Energest S.A.	-	-	2.013	11
Santa Fé Energia S.A.	-	-	2.072	11
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobras CGTEE	5.001	44	8.494	75
Norte Energia S/A	17.940	235	-	-
Cia Hidro Elétrica do Sao Francisco – Chesf	9.826	360	5.479	231
Santo Antônio Energia S.A.	43.786	351	38.861	341
Outros	68.746	677	55.270	490
	755.588	8.934	877.425	5.496
Energia Elétrica Comprada para Revenda – CP	123.176	35	196.936	(150)
Encargo de Uso da Rede Elétrica	102.531	-	123.531	-
Proinfa	36.711	219	41.085	94
	262.418	254	361.552	(56)
	1.018.006	9.188	1.238.977	5.440

(i) Informações não auditadas



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

a) Pessoal e Entidade de Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2017	31 de março 2016	31 de março 2017	31 de março 2016
Pessoal				
Remunerações	3.371	2.807	75.242	70.706
Encargos Sociais	69	58	30.218	28.063
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	4.312	3.602
Benefícios Assistenciais	-	-	9.345	9.052
Provisões e Indenizações	-	20	13.988	16.570
Outros	23	36	89	39
Entidade de Previdência Privada	-	-	7.121	6.931
	3.463	2.921	140.315	134.963

28.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2017	31 de março 2016	31 de março 2017	31 de março 2016 (Reapresentado)
Receitas Financeiras				
Renda de Aplicações Financeiras	490	749	25.634	23.611
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	28.957	25.848
Variações Monetárias	-	-	2.612	11.516
Atualização monetária s/ Ativos Regulatórios	-	-	4.385	4.465
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-	1.200	-
Deságio Fornecedor	-	-	79	43
Desvalorização Cambial s/ Energia Comprada	-	-	7.497	8.038
Renda de Dividendos	1.326	-	1.326	-
Outras Receitas Financeiras	127	32	437	5.086
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(29)	(36)	(3.370)	(3.892)
	1.914	745	68.757	74.715
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas	-	-	(8.916)	(16.540)
Atualização Reserva Matemática a amortizar	-	-	(12.080)	(23.207)
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	-	-	(322)	(2.704)
Custo na Emissão de Debêntures	-	-	-	(24.144)
Variações Monetárias e Acréscimos Moratórios Energia Comprada	-	-	(260)	(11.175)
Variações Monetárias	-	-	(232)	(729)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(7.039)	(7.137)
Atualização Monet. Ativo Financeiro	-	-	(15.808)	(9.677)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(16.138)	-
Atualização Bonificação de Outorga	-	-	-	(2.604)
Outras Despesas Financeiras	(9)	-	(3.345)	(2.304)
	(9)	-	(64.140)	(100.221)
Resultado Financeiro	1.905	745	4.617	(25.506)

29. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC D

29.1. Balanço Patrimonial

Ativo	31 de março 2017	31 de dezembro 2016
Circulante	4.153.878	3.655.102
Caixa e Equivalentes de Caixa	978.211	880.887
Contas a Receber de Clientes	1.426.906	1.233.453
Estoques	8.370	9.834
Tributos a Recuperar	189.478	118.866
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)	1.360.844	1.229.741
Outros Créditos	190.069	182.321
Não Circulante	4.077.389	4.067.518
Ativo Indenizatório (Concessão)	318.836	346.620
Contas a Receber de Clientes	29.258	31.497
Tributos Diferidos	477.340	514.870
Tributos a Recuperar	20.784	17.751
Depósitos Judiciais	130.578	106.930
Outros Créditos	2.871	2.896
Intangível	3.097.722	3.046.954
Total do Ativo	8.231.267	7.722.620

Passivo	31 de março 2017	31 de dezembro 2016
Circulante	4.410.446	4.055.564
Fornecedores	574.967	617.775
Empréstimos e Financiamentos	193.620	202.996
Debêntures	115.357	105.243
Salários, Provisões Trabalhistas e Encargos Sociais	134.547	141.043
Tributos e Contribuições Sociais	217.817	154.686
Taxas Regulamentares	2.489.101	2.297.196
Previdência Privada	10.694	17.016
Passivo Atuarial	163.557	162.259
Passivo Financeiro – Parcela A	454.986	308.561
Outros Passivos	55.800	48.789
Não Circulante	2.413.834	2.355.260
Empréstimos e Financiamentos	88.703	130.035
Debêntures	199.589	199.498
Taxas Regulamentares	228.357	213.787
Mútuos – Coligadas, Controladas ou Controladoras	41.895	40.227
Passivo Atuarial	1.371.158	1.396.913
Provisão para Contingências	297.570	274.266
Passivo Financeiro – Parcela A	184.086	98.059
Outros Passivos	2.476	2.475
Patrimônio Líquido	1.406.987	1.311.796
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro	678.644	678.644
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(420.438)	(420.438)
Lucros (Prejuízos) Acumulados	95.191	-
Total do Passivo	8.231.267	7.722.620

29.2. Demonstração de Resultados

Descrição	31 de março 2017	31 de março 2016	Ajustes	31 de março 2016 (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida – ROL	1.507.700	1.621.379	5.105	1.626.484
Receita de Serviço de Energia Elétrica	1.413.719	1.537.097	5.105	1.542.202
Receita de Construção	93.981	84.282	-	84.282
Custos Operacionais	(1.262.515)	(1.470.770)	-	(1.470.770)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(1.168.534)	(1.386.488)	-	(1.386.488)
Custo de Construção	(93.981)	(84.282)	-	(84.282)
Resultado Operacional Bruto	245.185	150.609	5.105	155.714
Despesas Operacionais	(97.827)	(106.566)	-	(106.566)
Despesas com Vendas	(44.161)	(49.249)	-	(49.249)
Despesas Gerais e Administrativas	(69.304)	(65.499)	-	(65.499)
Outras Despesas Operacionais	15.638	8.182	-	8.182
Resultado das Atividades	147.358	44.043	5.105	48.148
Resultado Financeiro	6.627	(17.805)	(5.105)	(22.910)
Receitas Financeiras	66.335	77.151	(5.105)	72.046
Despesas Financeiras	(59.708)	(94.956)	-	(94.956)
Lucro (Prejuízo) Antes do IRPJ e da CSLL	153.985	26.238	-	26.238
IRPJ e CSLL	(58.794)	(9.619)	-	(9.619)
Diferido	(21.264)	(95.675)	-	(95.675)
Corrente	(37.530)	86.056	-	86.056
Lucro (Prejuízo) do Exercício	95.191	16.619	-	16.619

29.2.1. Receita Operacional

Descrição	31 de março 2017	31 de março 2016 (Reapresentado)
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	2.310.909	2.549.374
Suprimento de Energia Elétrica (a)	62.283	50.703
Ativos e Passivos Financeiros	(209.217)	(191.309)
Disponibilização da Rede Elétrica	159.813	132.599
Energia de Curto Prazo	34.019	165.933
Doações e Subvenções	135.907	155.897
Receita de Construção	93.981	84.282
Atualização Ativo Financeiro – VNR	753	5.105
Outras Receitas Operacionais	3.396	2.416
	2.591.844	2.955.000
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(531.774)	(578.520)
PIS	(41.035)	(44.770)
COFINS	(189.010)	(206.213)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(295.056)	(346.618)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(7.065)	(7.685)
Programa Eficiência Energética – PEE	(7.065)	(7.685)
Taxa de Fiscalização	(1.631)	(1.524)
Outros Encargos	(11.508)	(135.501)
	(1.084.144)	(1.328.516)
Receita Operacional Líquida – ROL	1.507.700	1.626.484

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de março 2017	31 de março 2016	31 de março 2017	31 de março 2016	31 de março 2017	31 de março 2016
Residencial	2.232.844	2.174.567	1.676.896	1.513.333	977.804	961.161
Industrial	102.591	102.113	2.395.172	2.227.143	427.645	606.635
Comercial	257.276	250.704	1.162.387	1.104.229	590.469	664.159
Rural	234.959	234.456	398.350	364.358	148.770	143.099
Poder Público	22.473	22.161	109.704	109.877	67.085	69.527
Iluminação Pública	690	628	158.284	146.859	54.781	57.709
Serviço Público	3.231	3.062	98.457	87.752	44.355	47.084
Total do Fornecimento	2.854.064	2.787.691	5.999.250	5.553.551	2.310.909	2.549.374
Suprimento de Energia	56	52	464.688	421.284	62.283	50.703
Total	2.854.120	2.787.743	6.463.938	5.974.835	2.373.192	2.600.077

(i) Informações não auditadas

29.2.2. Custos e Despesas Operacionais

31 de março de 2017					
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.014.971	-	-	-	1.014.971
Pessoal	81.691	29.290	14.675	404	126.060
Despesa Atuarial	-	16.695	-	-	16.695
Entidade Previdência Privada	4.724	1.659	738	-	7.121
Material	1.854	1.491	-	-	3.345
Custo de Construção	93.981	-	-	-	93.981
Custos e Serviços de Terceiros	16.830	11.859	12.550	91	41.330
Depreciação e Amortização	43.083	6.293	-	-	49.376
Provisões Líquidas	-	-	4.873	23.305	28.178
Outros Custos e Despesas	5.381	2.017	11.325	(39.438)	(20.715)
	1.262.515	69.304	44.161	(15.638)	1.360.342

31 de março de 2016					
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.235.192	-	-	-	1.235.192
Pessoal	79.001	26.656	13.479	2.847	121.983
Despesa Atuarial	-	10.601	-	-	10.601
Entidade Previdência Privada	4.500	1.755	676	-	6.931
Material	3.336	1.204	-	-	4.540
Custo de Construção	84.282	-	-	-	84.282
Custos e Serviços de Terceiros	13.847	13.726	13.860	159	41.592
Depreciação e Amortização	42.661	7.283	-	-	49.944
Provisões Líquidas	-	-	8.251	2.089	10.340
Outros Custos e Despesas	7.951	4.274	12.983	(13.277)	11.931
	1.470.770	65.499	49.249	(8.182)	1.577.336

30. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC G

30.1. Balanço Patrimonial

Ativo	31 de março 2017	31 de dezembro 2016
Circulante	93.336	84.194
Caixa e Equivalentes de Caixa	25.689	18.591
Contas a Receber de Clientes	36.801	36.868
Estoques	164	172
Tributos a Recuperar	1.540	82
Ativo Financeiro	28.981	28.242
Outras contas a receber	161	239
Não Circulante	489.686	485.422
Tributos a Recuperar	569	234
Depósitos Judiciais	158	149
Partes Relacionadas	42.383	40.715
Ativo Financeiro	235.550	233.574
Outros Créditos	2.421	2.421
Investimentos	46.593	44.811
Imobilizado	157.484	158.449
Intangível	4.528	5.069
Total do Ativo	583.022	569.616

Passivo	31 de março 2017	31 de dezembro 2016
Circulante	23.330	21.275
Fornecedores	7.497	7.498
Debêntures	1.713	1.913
Tributos e Contribuições Sociais	5.913	3.453
Taxas Regulamentares	664	924
Outros Passivos	1.572	1.516
Dividendos Propostos	5.971	5.971
Não Circulante	159.966	158.599
Debêntures	148.512	148.106
Tributos Diferidos	8.704	7.859
Provisão para Contingências	999	939
Taxas Regulamentares	1.751	1.695
Patrimônio Líquido	399.726	389.742
Capital Social Realizado	250.000	250.000
Reservas de Lucro	117.379	117.379
Ajuste de Avaliação Patrimonial	20.921	22.363
Lucros (Prejuízos) Acumulados	11.426	-
Total do Passivo	583.022	569.616

30.2. Demonstração de Resultados

Descrição	31 de março 2017	31 de março 2016
Receita Operacional Líquida – ROL	32.827	22.618
Receita	32.827	22.618
Custos Operacionais	(10.248)	(14.337)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(10.248)	(14.337)
Resultado Operacional Bruto	22.579	8.281
Despesas Operacionais	(3.551)	(3.104)
Despesas com Vendas	(208)	(210)
Despesas Gerais e Administrativas	(3.189)	(2.928)
Provisões, Líquidas	(60)	-
Outras Despesas Operacionais	(105)	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	11	34
Resultado das Atividades	19.028	5.177
Resultado Financeiro	(3.915)	(3.341)
Receitas Financeiras	2.176	1.924
Despesas Financeiras	(6.091)	(5.265)
Lucro (Prejuízo) Antes do IRPJ e da CSLL	15.113	1.836
IRPJ e CSLL	(5.129)	(1.018)
Corrente	(4.284)	(2.186)
Diferido	(845)	1.168
Lucro do Exercício	9.984	818

30.2.1. Receita Operacional

Descrição	31 de março 2017	31 de março 2016
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a) – Industrial	6.672	8.341
Fornecimento de Energia Elétrica (a) – Comercial	-	-
Suprimento de Energia Elétrica (a)	15.480	7.577
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	4.162	9.385
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	9.953	-
	36.267	25.303
Deduções da Receita Operacional		
ICMS	-	-
PIS	(526)	(346)
COFINS	(2.422)	(1.596)
Reserva Global de Reversão – RGR	-	(151)
Taxa Fiscalização ANEEL - TFSEE	(91)	(67)
Compensação Financeira Recursos Hídricos	(220)	(450)
Pesquisa e desenvolvimento – P & D	(181)	(75)
	(3.440)	(2.685)
Receita Operacional Líquida – ROL	32.827	22.618

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de março 2017	31 de março 2016	31 de março 2017	31 de março 2016	31 de março 2017	31 de março 2016
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica						
Industrial	13	11	39.359	47.190	6.672	8.341
Comercial, Serviços e Outros	-	-	-	-	-	-
Suprimento de Energia	45	49	106.078	128.633	15.480	7.577
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	11.675	8.855	4.162	9.385
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	-	-	-	-	9.953	-
Total	58	60	157.112	184.678	36.267	25.303

(i) Informações não auditadas.

30.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	31 de março de 2017				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	3.784	-	-	-	3.784
Encargos de Uso da Rede Elétrica	575	-	-	-	575
Pessoal	1.371	2.241	59	-	3.671
Material	54	10	-	-	64
Custos e Serviços de Terceiros	1.292	415	125	-	1.832
Depreciação e Amortização	3.277	358	-	-	3.635
Seguros	75	-	-	-	75
Provisões Líquidas	-	-	-	60	60
Tributos	(86)	80	24	-	18
Aluguéis	-	72	-	-	72
Outros Custos e Despesas	(94)	13	-	105	24
	10.248	3.189	208	165	13.810

Descrição	31 de março de 2016				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	3.826	-	-	-	3.826
Pessoal	1.277	70	1.781	-	3.128
Material	27	-	115	-	142
Encargos de Uso de Rede Elétrica	583	-	-	-	583
Custos e Serviços de Terceiros	734	125	452	-	1.311
Depreciação e Amortização	10.307	-	358	-	10.665
Seguros	-	-	34	-	34
Provisões Líquidas	(1.887)	-	-	-	(1.887)
Tributos	(212)	15	94	-	(103)
Aluguéis	-	-	73	-	73
Outros Custos e Despesas	(318)	-	21	-	(297)
	14.337	210	2.928	-	17.475

31. EVENTO SUBSEQUENTE

31.1. Devolução em Abril de Angra na Celesc D

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.214 de 28 de março de 2017, resolve republicar as Tarifas de Energia – TE e Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD para reversão da previsão do Encargo de Energia de Reserva – EER da central geradora UTN Almirante Álvaro Alberto – Unidade III (Angra III). As tarifas entrarão em vigor a partir de 1º de abril de 2017 até a data de reajuste tarifário contratual definida na Resolução Homologatória que aprovou o último processo tarifário da respectiva distribuidora.

A Republicação das tarifas tem por objetivo devolver os valores cobrados a mais desde a competência de agosto de 2016, assim como os valores que seriam cobrados a mais até a competência julho de 2017.

Assim, conforme Nota Técnica 68/2017, estima-se que o valor a ser devolvido na competência de abril de 2017 será equivalente a R\$63 milhões e o valor que deixará de ser cobrado entre as competências de maio a julho de 2017 será de R\$21 milhões, totalizando R\$84 milhões a serem devolvidos. Eventuais diferenças entre os valores estimados e efetivamente faturados serão ajustados no próximo reajuste tarifário da Celesc D.

31.2. Leilão de Transmissão – Consórcio na Celesc G

Em 24 de abril de 2017, o Consórcio Aliança - formado pela Celesc e pela Energias de Portugal (EDP) - arrematou o lote 21 do Leilão de Transmissão realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em São Paulo. Com a execução das obras previstas, o consórcio receberá receita anual de R\$171,8 milhões. O valor representa um deságio de 34,99%, em relação ao valor máximo de R\$264,3 milhões, estabelecido pela ANEEL.

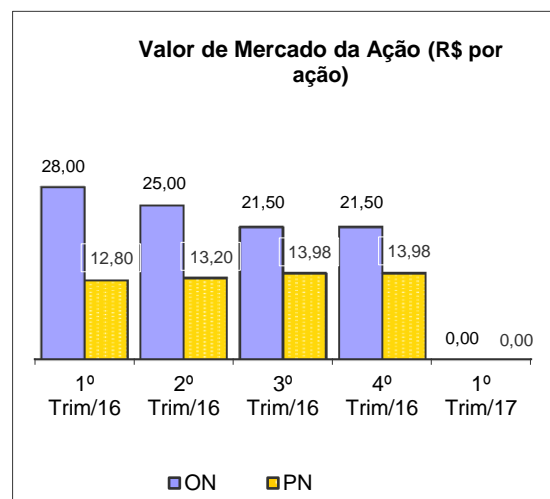
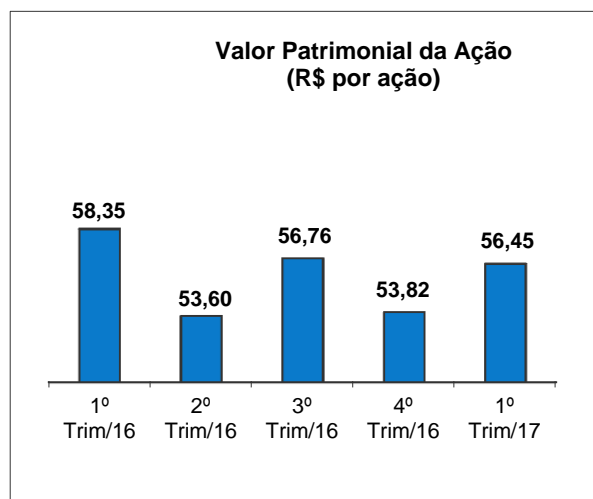
O lote 21 era o terceiro maior ofertado no leilão, com demanda de R\$1,265 bilhão em investimentos. O pacote inclui a construção de três linhas de transmissão de 525kV (Abdon Batista – Siderópolis 2, com 261Km; Biguaçu – Siderópolis 2, com 149 Km; e Campos Novos – Abdon Batista, com 39Km); duas linhas de 230kV (Siderópolis 2 – Forquilha, com 28Km; e Siderópolis 2 – Siderópolis, com 7,5Km); além da subestação 525/230kV - Siderópolis 2. As instalações visam à expansão do sistema de transmissão em Santa Catarina. O prazo para a execução das obras é de 60 meses e a entrada em operação comercial está prevista para agosto de 2022, com possibilidade de antecipação.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

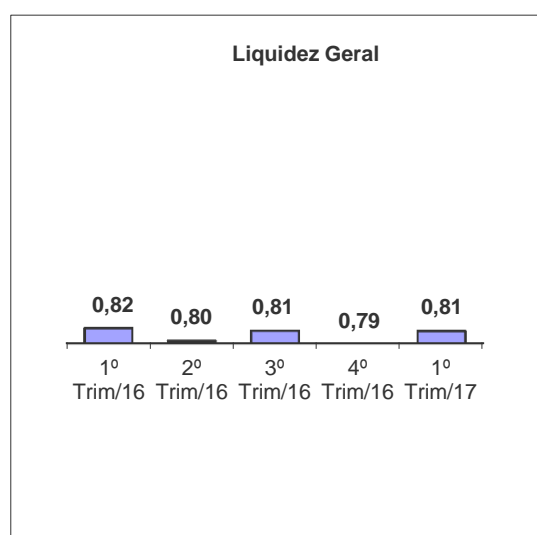
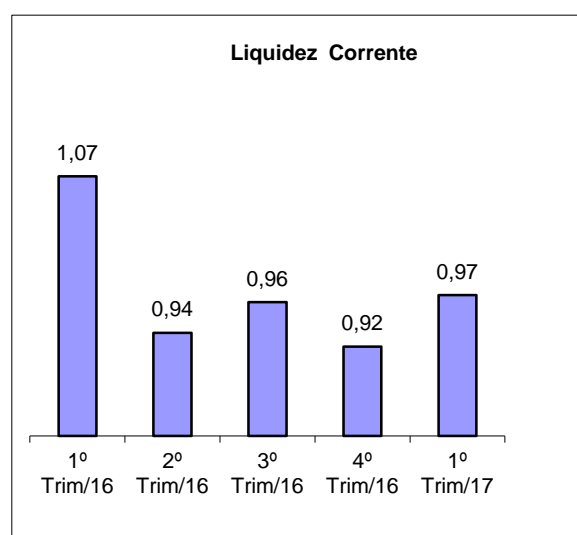


1. INDICADORES FINANCEIROS TRIMESTRAIS

1.1. Patrimoniais



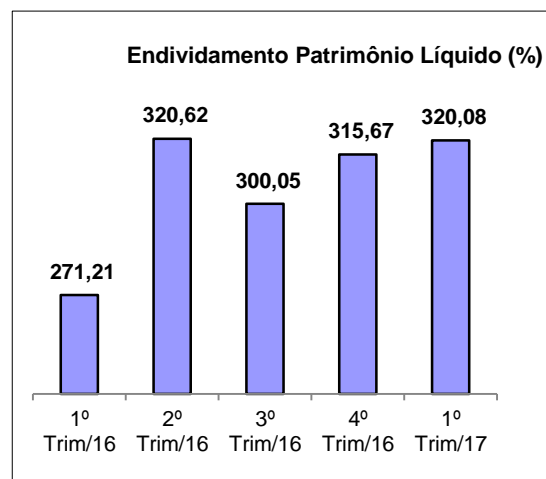
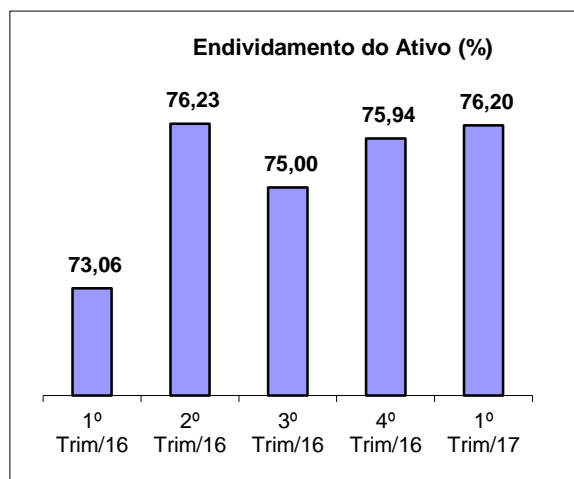
1.2. Liquidez



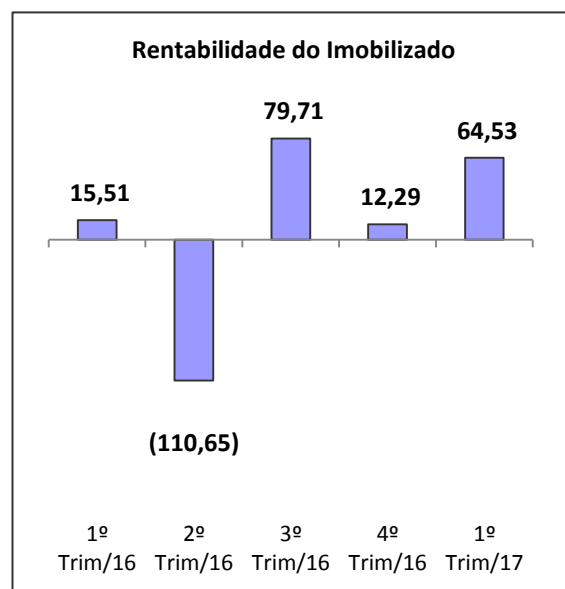
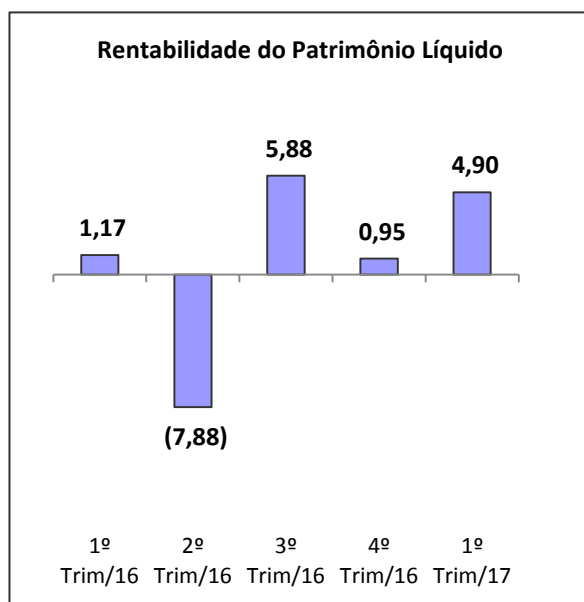
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



1.3. Endividamento



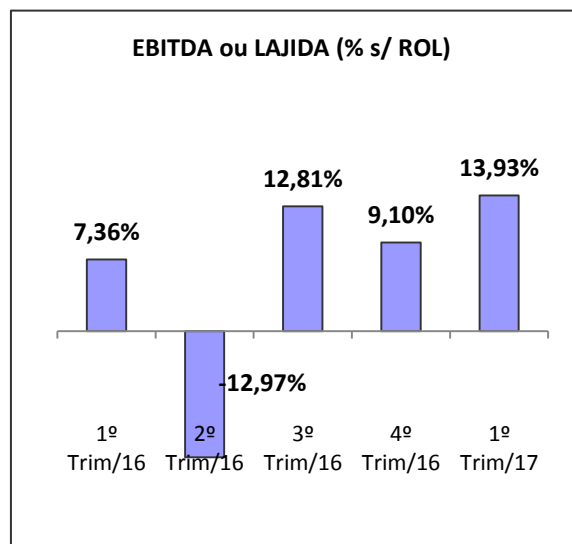
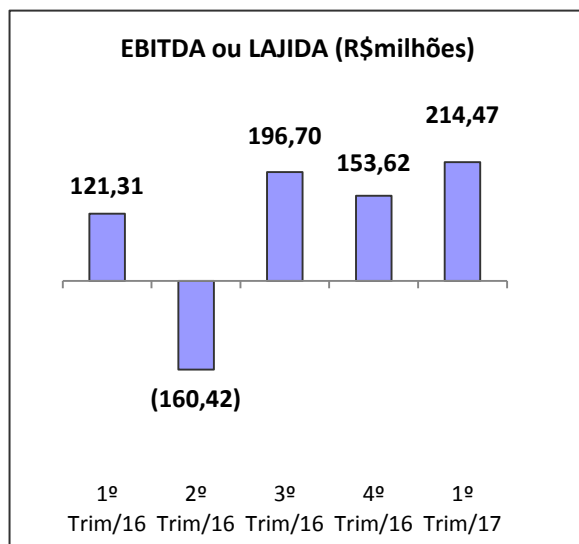
1.4. Rentabilidade



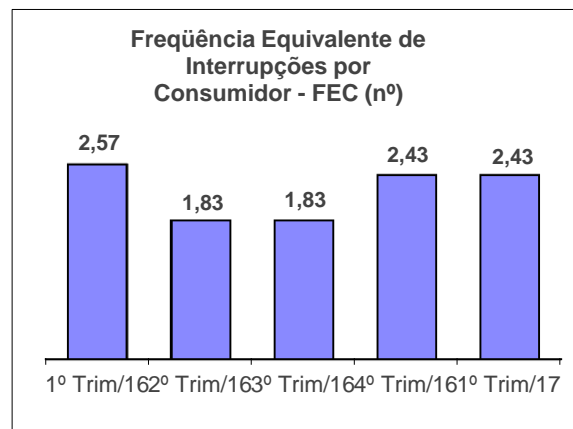
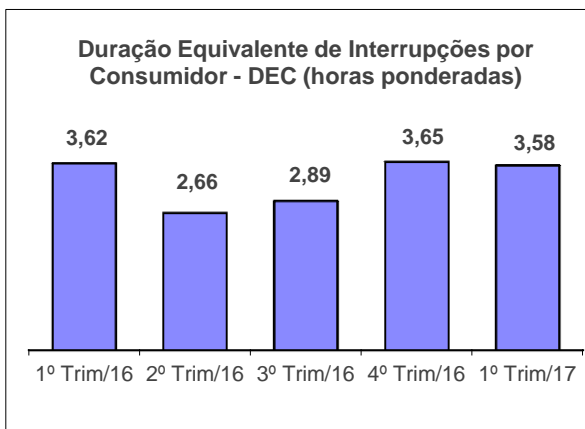
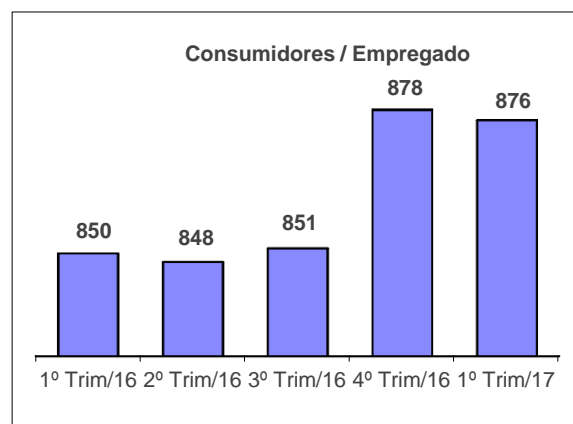
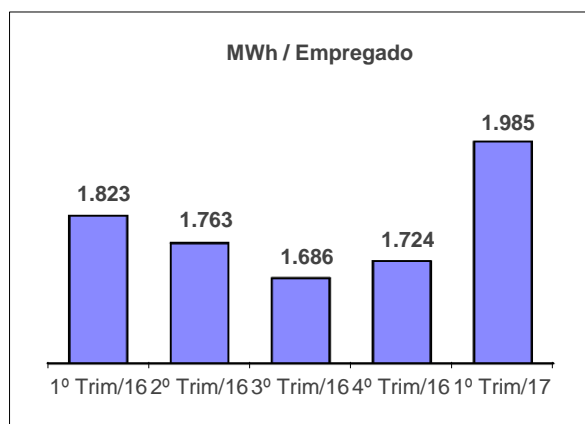
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



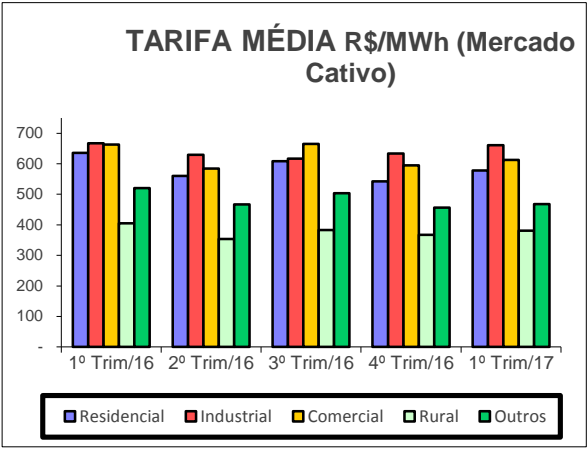
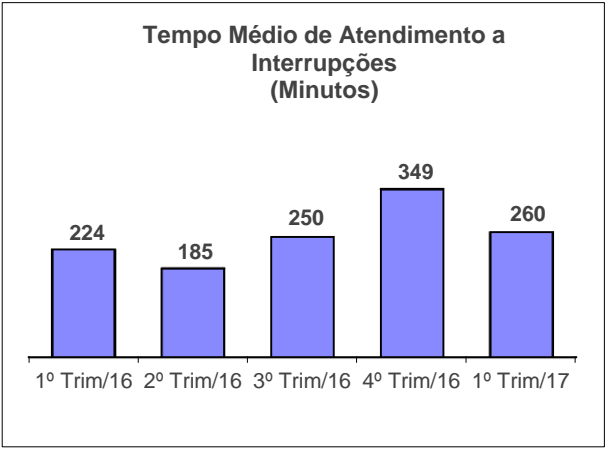
1.5. EBITDA ou LAJIDA



1.6. Eficiência



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas e Administradores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.1, em decorrência das reclassificações descritas na referida nota explicativa, os valores correspondentes referentes às demonstrações consolidadas do resultado e do valor adicionado para o exercício findo em 31 de março de 2016, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e a IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e a IAS 1 - Presentation of Financial Statements. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Joinville, 11 de maio de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Ricardo Schenk Duque

Auditores Independentes

Contador

CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-SC

CRC n.º RS.060571/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras referentes às Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

Antônio José Linhares

Diretor de Assuntos

Regulatórios e Jurídicos

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor Comercial

Enio Andrade Branco

Diretor de Geração, Transmissão e

Novos Negócios

James Alberto Giacomazzi

Diretor de Distribuição

Nelson Marcelo Santiago

Diretor de Gestão Corporativa

Fábio Fick

Diretor de Planejamento

e Controle Interno

José Carlos Oneda

Diretor de Finanças e

Relações com Investidores

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com a opinião dos auditores independentes da empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a respeito das Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

Antônio José Linhares

Diretor de Assuntos

Regulatórios e Jurídicos

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor Comercial

Enio Andrade Branco

Diretor de Geração, Transmissão e

Novos Negócios

James Alberto Giacomazzi

Diretor de Distribuição

Nelson Marcelo Santiago

Diretor de Gestão Corporativa

Fábio Fick

Diretor de Planejamento

e Controle Interno

José Carlos Oneda

Diretor de Finanças e

Relações com Investidores

José Brulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8